



CÓD: OP-123MA-24
7908403554614

PINHEIRO-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO – MARANHÃO – MA

Professor Educação Anos Iniciais
1º ao 5º Ano

EDITAL DEFINITIVO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

Língua Portuguesa

1. Interpretação de Texto.....	7
2. Figuras de Linguagem	8
3. Denotação e Conotação. Significação contextual de palavras. Homônimos e Parônimos.....	9
4. Tipos de Linguagem	10
5. Conceitos Fonéticos. Divisão Silábica.....	12
6. Tipos de Porquê. Ortografia	12
7. Uso do Hífen	13
8. Acentuação Gráfica	15
9. Reforma Ortográfica	16
10. Elementos Mórficos (morfemas). Formação de Palavras.....	18
11. Classes Gramaticais. Substantivos – emprego e flexões. Adjetivos – emprego e flexões. Advérbios – emprego e flexão de grau. Conjunções – emprego e uso semântico. Preposições – emprego e uso semântico. Numerais – emprego e flexões. Artigos – emprego e flexões. Interjeições – emprego. Pronome – Noções Gerais e Classificação. Emprego de Pronomes Relativos. Emprego de Pronomes Demonstrativos. Colocação Pronominal. Verbo: conjugação, tempo composto e vozes verbais.....	19
12. Análise Sintática – Predicação Verbal Sujeito e Predicado / Termos da Oração. Termos da Oração. Funções Sintáticas de Pronomes Oblíquos. Funções Sintáticas de Pronomes Relativos. Período Composto – Noções Gerais. Orações Coordenadas. Orações Subordinadas. Orações Reduzidas	25
13. Pontuação	29
14. Regência.....	32
15. Crase	33
16. Concordância Verbal. Concordância Nominal.....	33
17. Pressupostos e Subentendidos	35
18. Tipos de Discurso. Focalização Discursiva.....	35
19. Intertextualidade	38
20. Polifonia	39
21. Formas de Coesão Textual. Coerência e coesão	39
22. Funções de Linguagem	41

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Proposições: conectivos. Conceito de proposição. Valores lógicos das proposições. Conectivos. Tabela-verdade. Operações lógicas sobre proposições: negação de uma proposição. Conjunção de duas proposições. Sequências Lógicas, Disjunção de duas proposições. Proposição condicional. Proposição bicondicional. Tautologias e Contradições Equivalência Lógica e Implicação lógica. Conceito e Propriedades da relação de equivalência lógica. Recíproca, contrária e contra positiva de uma proposição condicional. Implicação Lógica. Princípios lógicos. Problemas de lógicas matemáticas. Princípio de substituição. Propriedade da implicação lógica. Argumentos: conceito de argumento. Validade de um argumento. Critério de validade de um argumento	49
2. Sequências e séries: sequência numérica.	73
3. Estatística.	73
4. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Série geométrica infinita	77
5. Juros simples e compostos	81
6. Probabilidade	83
7. Análise combinatória	86
8. Porcentagem.....	89

ÍNDICE

9. Radiciação e Potenciação.....	91
10. Problemas Matemáticos e de Raciocínio Lógicos	94
11. Potenciação e radiciação.....	96
12. Equações do 1º e 2º grau.....	96
13. Sistema de equações	99
14. Razão, proporção e regra de três	101
15. Porcentagem.....	103
16. Juros Compostos.....	103

Conhecimentos Específicos - Língua Portuguesa

1. Práticas de Linguagem	105
2. Gêneros textuais orais	105
3. Produção de textos nas séries iniciais: gêneros da ordem narrar, relatar, argumentar, expor, prescrever	106
4. A construção do sentido do texto: coesão e coerência	106
5. Práticas de leitura de textos orais e escritos: Leitura: processos cognitivos e estratégias de leitura	106
6. Prática de análise linguística e BNCC - Língua Portuguesa	108

Conhecimentos Específicos - Matemática

1. Localização, espaço e formas.....	115
2. Números naturais: operações, propriedades e problemas	126
3. Múltiplos, divisores e divisibilidade: conceito, cálculo e propriedades.....	132
4. Sistema de numeração decimal	134
5. Frações: conceito, propriedades e operações	135
6. Principais unidades de medidas e sua utilização no contexto social.....	136
7. Sistema monetário.....	138
8. Metodologia do ensino da Matemática.....	140
9. BNCC – Matemática.....	141

Conhecimentos Específicos - História

1. Conhecimento histórico: características e importância social	171
2. Expansionismo europeu e colonização americana	172
3. Organização social do Brasil.....	173
4. Processo político brasileiro	174
5. Trajetória econômica brasileira	175
6. Trajetória econômica brasileira	176
7. Formação cultural e identidade nacional brasileira	176
8. Metodologia do ensino da História. BNCC – História.....	177

Conhecimentos Específicos - Geografia

1. A cartografia como meio de representação e leitura do espaço geográfico	1
2. A paisagem e seus elementos: análise e formas de representar, as diferentes paisagens e sua transformação, a paisagem e sua relação com a atividade econômica, paisagens urbanas e rurais brasileiras	1
3. O trabalho humano e o espaço geográfico: interferências nos elementos naturais. A população e a cultura brasileira e maranhense	2
4. O espaço geográfico brasileiro e maranhense: localização, situação político-administrativa, geologia, solo, relevo, hidrografia, clima, vegetação, transporte e meios de comunicação e atividades produtivas.	6
5. Metodologia do ensino de Geografia. BNCC – Geografia	20

Conhecimentos Específicos - Ciências

1. Planeta Terra	203
2. Sistema Solar.	203
3. Dia e noite	204
4. Estações do Ano	204
5. Litosfera	204
6. Rochas	204
7. Fósseis	205
8. Hidrosfera e Atmosfera.	205
9. Solo	206
10. Ar	206
11. Luz	207
12. Água.	208
13. Ciclo da água	208
14. Energia	208
15. Lixo	209
16. Resíduos	210
17. Coleta Seletiva.	210
18. Sustentabilidade	211
19. Biodiversidade.	211
20. Educação Ambiental	212
21. Poluição	212
22. Saneamento Básico	213
23. Alimentação	213
24. Cadeias e Teias Alimentares.	213
25. Fotossíntese	214
26. Biomas Brasileiros.	216
27. Relações entre os seres vivos.	217
28. Classificação dos seres vivos; Características dos principais grupos de plantas, invertebrados e vertebrados	217
29. Evolução	219

ÍNDICE

30. Sistemas do Corpo Humano.....	220
31. Estados Físicos da Matéria.....	261
32. Substâncias.....	261
33. Misturas.....	262
34. Força.....	262
35. Velocidade.....	264
36. Relação Ciência-Tecnologia Sociedade (CTS) como auxiliar da compreensão da Ciência como parte da nossa cultura.....	265
37. BNCC – Ciências.....	265

Conhecimentos Específicos - Legislações

1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e suas alterações.....	271
2. Constituição Federal (1998).....	288
3. Lei nº 7.853/89: Esta lei é regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298/99.....	381
4. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8069/90): Declaração de Salamanca (1994): o texto não tem efeito de lei, mas diz que as crianças que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que as demais... ..	390
5. Convenção da Guatemala (Decreto nº 3.956/01).....	435
6. Lei nº 10.436/02.....	440
7. Plano Nacional de Educação (2011).....	440
8. Lei nº 12.764/12: instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	454
9. Formação humana, conhecimento e Educação B - Políticas Contemporâneas de Educação Especial: nacionais, internacionais e locais C - Diferentes perspectivas teóricas e a Educação Especial.....	456
10. Pedagogia histórico-crítica e as contribuições da psicologia histórico-cultural.....	457

Conhecimentos Locais

1. Lei Orgânica do município de Pinheiro – ESTADO DO MARANHÃO 1989/1990.....	465
2. Aspectos relevantes da formação econômica, social, histórica, geográfica e cultural do Município de Pinheiro - MA.....	492

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...**

FIGURAS DE LINGUAGEM

As figuras de linguagem ou de estilo são empregadas para valorizar o texto, tornando a linguagem mais expressiva. É um recurso linguístico para expressar de formas diferentes experiências comuns, conferindo originalidade, emotividade ao discurso, ou tornando-o poético.

As figuras de linguagem classificam-se em

- figuras de palavra;
- figuras de pensamento;
- figuras de construção ou sintaxe.

Figuras de palavra

Emprego de um termo com sentido diferente daquele convencionalmente empregado, a fim de se conseguir um efeito mais expressivo na comunicação.

Metáfora: comparação abreviada, que dispensa o uso dos conectivos comparativos; é uma comparação subjetiva. Normalmente vem com o verbo de ligação claro ou subentendido na frase.

Exemplos

...a vida é cigana
É caravana
É pedra de gelo ao sol.
(Geraldo Azevedo/ Alceu Valença)

Encarnado e azul são as cores do meu desejo.
(Carlos Drummond de Andrade)

Comparação: aproxima dois elementos que se identificam, ligados por conectivos comparativos explícitos: como, tal qual, tal como, que, que nem. Também alguns verbos estabelecem a comparação: parecer, assemelhar-se e outros.

Exemplo

Estava mais angustiado que um goleiro na hora do gol, quando você entrou em mim como um sol no quintal.
(Belchior)

Catacrese: emprego de um termo em lugar de outro para o qual não existe uma designação apropriada.

Exemplos

– folha de papel
– braço de poltrona
– céu da boca
– pé da montanha

Sinestesia: fusão harmônica de, no mínimo, dois dos cinco sentidos físicos.

Exemplo

Vem da sala de linotipos a doce (gustativa) música (auditiva) mecânica.
(Carlos Drummond de Andrade)

A fusão de sensações físicas e psicológicas também é sinestesia: “ódio amargo”, “alegria ruidosa”, “paixão luminosa”, “indiferença gelada”.

Antonomásia: substitui um nome próprio por uma qualidade, atributo ou circunstância que individualiza o ser e notabiliza-o.

Exemplos

O filósofo de Genebra (= Calvino).
O águia de Haia (= Rui Barbosa).

Metonímia: troca de uma palavra por outra, de tal forma que a palavra empregada lembra, sugere e retoma a que foi omitida.

Exemplos

Leio Graciliano Ramos. (livros, obras)
Comprei um panamá. (chapéu de Panamá)
Tomei um Danone. (iogurte)

Alguns autores, em vez de metonímia, classificam como sinédoque quando se têm a parte pelo todo e o singular pelo plural.

Exemplo

A cidade inteira viu assombrada, de queixo caído, o pistoleiro sumir de ladrão, fugindo nos cascos de seu cavalo. (singular pelo plural)

(José Cândido de Carvalho)

Figuras Sonoras

Aliteração: repetição do mesmo fonema consonantal, geralmente em posição inicial da palavra.

Exemplo

Vozes veladas veludas vozes volúpias dos violões, vozes veladas.

(Cruz e Sousa)

Assonância: repetição do mesmo fonema vocal ao longo de um verso ou poesia.

Exemplo

Sou Ana, da cama,
da cana, fulana, bacana
Sou Ana de Amsterdam.
(Chico Buarque)

Paronomásia: Emprego de vocábulos semelhantes na forma ou na prosódia, mas diferentes no sentido.

Exemplo

Berro pelo aterro pelo desterro berro por seu berro pelo seu [erro
quero que você ganhe que
[você me apanhe
sou o seu bezerro gritando
[mamãe.
(Caetano Veloso)

Onomatopeia: imitação aproximada de um ruído ou som produzido por seres animados e inanimados.

Exemplo

Vai o ouvido apurado
na trama do rumor suas nervuras
inseto múltiplo reunido
para compor o zanzineio surdo
circular opressivo
zunzin de mil zonzons zoando em meio à pasta de calor
da noite em branco
(Carlos Drummond de Andrade)

Observação: verbos que exprimem os sons são considerados onomatopaicos, como cacarejar, tiquetaquear, miar etc.

Figuras de sintaxe ou de construção

Dizem respeito a desvios em relação à concordância entre os termos da oração, sua ordem, possíveis repetições ou omissões.

Podem ser formadas por:

omissão: assíndeto, elipse e zeugma;

repetição: anáfora, pleonasma e polissíndeto;

inversão: anástrofe, hipérbato, sínquise e hipálage;

ruptura: anacoluto;

concordância ideológica: silepse.

Anáfora: repetição da mesma palavra no início de um período, frase ou verso.

Exemplo

Dentro do tempo o universo
[na imensidão.
Dentro do sol o calor peculiar
[do verão.
Dentro da vida uma vida me
[conta uma estória que fala
[de mim.
Dentro de nós os mistérios
[do espaço sem fim!
(Toquinho/Mutinho)

Assíndeto: ocorre quando orações ou palavras que deveriam vir ligadas por conjunções coordenativas aparecem separadas por vírgulas.

Exemplo

Não nos movemos, as mãos é
que se estenderam pouco a
pouco, todas quatro, pegando-se,
apertando-se, fundindo-se.
(Machado de Assis)

Polissíndeto: repetição intencional de uma conjunção coordenativa mais vezes do que exige a norma gramatical.

Exemplo

Há dois dias meu telefone não fala, nem ouve, nem toca, nem tuge, nem muge.
(Rubem Braga)

Pleonasmos: repetição de uma ideia já sugerida ou de um termo já expresso.

Pleonasmos literários: recurso estilístico que enriquece a expressão, dando ênfase à mensagem.

Exemplos

Não os venci. Venceram-me eles a mim.
(Rui Barbosa)

Morrerás morte vil na mão de um forte.
(Gonçalves Dias)

Pleonasmos viciosos: Frequentes na linguagem informal, cotidiana, considerado vício de linguagem. Deve ser evitado.

Exemplos

Ouvir com os ouvidos.
Rolar escadas abaixo.
Colaborar juntos.
Hemorragia de sangue.
Repetir de novo.

Elipse: Supressão de uma ou mais palavras facilmente subentendidas na frase. Geralmente essas palavras são pronomes, conjunções, preposições e verbos.

Exemplos

Compareci ao Congresso. (eu)
Espero venhas logo. (eu, que, tu)
Ele dormiu duas horas. (durante)
No mar, tanta tormenta e tanto dano. (verbo Haver)
(Camões)

Zeugma: Consiste na omissão de palavras já expressas anteriormente.

Exemplos

Foi saqueada a vila, e assassina dos partidários dos Filipenses.
(Camilo Castelo Branco)

Rubião fez um gesto, Palha outro: mas quão diferentes.
(Machado de Assis)

Hipérbato ou inversão: alteração da ordem direta dos elementos na frase.

Exemplos

Passeiam, à tarde, as belas na avenida.
(Carlos Drummond de Andrade)

Paciência tenho eu tido...
(Antônio Nobre)

Anacoluto: interrupção do plano sintático com que se inicia a frase, alterando a sequência do processo lógico. A construção do período deixa um ou mais termos desprendidos dos demais e sem função sintática definida.

Exemplos

E o desgraçado, tremiam-lhe as pernas.
(Manuel Bandeira)

Aquela mina de ouro, ela não ia deixar que outras espertas botassem as mãos.

(José Lins do Rego)

Hipálage: inversão da posição do adjetivo (uma qualidade que pertence a um objeto é atribuída a outro, na mesma frase).

Exemplo

...em cada olho um grito castanho de ódio.
(Dalton Trevisan)
...em cada olho castanho um grito de ódio)

Silepse

Silepse de gênero: Não há concordância de gênero do adjetivo ou pronome com a pessoa a que se refere.

Exemplos

Pois aquela criancinha, longe de ser um estranho...
(Rachel de Queiroz)

V. Ex.a parece magoado...

(Carlos Drummond de Andrade)

Silepse de pessoa: Não há concordância da pessoa verbal com o sujeito da oração.

Exemplos

Os dois ora estais reunidos...
(Carlos Drummond de Andrade)

Na noite do dia seguinte, estávamos reunidos algumas pessoas.
(Machado de Assis)

Silepse de número: Não há concordância do número verbal com o sujeito da oração.

Exemplo

Corria gente de todos os lados, e gritavam.
(Mário Barreto)

DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO. SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS. HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade. **Ex:** *inteligente* <—> *esperto*

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade. **Ex:** *forte* <—> *fraco*

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

As palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

As palavras **homófonas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, mas com escrita e significado diferentes. **Ex:** *cem* (numeral) X *sem* (falta); *conserto* (arrumar) X *concerto* (musical).

As palavras **homógrafas** são aquelas que possuem escrita igual, porém som e significado diferentes. **Ex:** *colher* (talher) X *colher* (verbo); *acerto* (substantivo) X *acerto* (verbo).

Polissemia e monosssemia

As palavras **polissemicas** são aquelas que podem apresentar mais de um significado, a depender do contexto em que ocorre a frase.

Ex: *cabeça* (parte do corpo humano; líder de um grupo).

Já as palavras **monossêmicas** são aquelas apresentam apenas um significado. **Ex:** *eneágono* (polígono de nove ângulos).

Denotação e conotação

Palavras com **sentido denotativo** são aquelas que apresentam um sentido objetivo e literal. **Ex:** *Está fazendo frio.* / *Pé da mulher.*

Palavras com **sentido conotativo** são aquelas que apresentam um sentido simbólico, figurado. **Ex:** *Você me olha com frieza.* / *Pé da cadeira.*

Hiperonímia e hiponímia

Esta classificação diz respeito às relações hierárquicas de significado entre as palavras.

Desse modo, um **hiperônimo** é a palavra superior, isto é, que tem um sentido mais abrangente. **Ex:** *Fruta é hiperônimo de limão.*

Já o **hipônimo** é a palavra que tem o sentido mais restrito, portanto, inferior, de modo que o hiperônimo engloba o hipônimo. **Ex:** *Limão é hipônimo de fruta.*

Formas variantes

São as palavras que permitem mais de uma grafia correta, sem que ocorra mudança no significado. **Ex:** *loiro – louro* / *enfarte – infarto* / *gatinhar – engatinhar.*

Arcaísmo

São palavras antigas, que perderam o uso frequente ao longo do tempo, sendo substituídas por outras mais modernas, mas que ainda podem ser utilizadas. No entanto, ainda podem ser bastante encontradas em livros antigos, principalmente. **Ex:** *botica* <—> *farmácia* / *franquia* <—> *sinceridade.*

TIPOS DE LINGUAGEM

Existem muitas linguagens e cada uma delas é composta de diversos elementos. Alguns exemplos: letras e palavras são elementos da linguagem escrita; cores e formas são elementos da linguagem visual; timbre e ritmo são alguns dos elementos da linguagem sonora.

A linguagem expressa, cria, produz ou comunica algo. Há linguagens verbais e **não verbais**. Cada uma delas é composta por diversos elementos. Alguns exemplos: letras e palavras são elementos da linguagem verbal; cores e formas são elementos da linguagem visual; timbre e ritmo são alguns dos elementos da linguagem sonora.

Linguagem verbal

A linguagem verbal é caracterizada pela comunicação através do uso de palavras. Essas palavras podem ser faladas ou escritas. O conjunto das palavras utilizadas em uma língua é chamado de léxico.

Linguagem não verbal

A comunicação não verbal é compreendida como toda a comunicação realizada através de elementos não verbais. Ou seja, que não usem palavras.

	Linguagem verbal	Linguagem não verbal
Elementos presentes	• Palavras	• Imagens • Gestos • Sons • Expressões corporais e faciais

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES: CONECTIVOS. CONCEITO DE PROPOSIÇÃO. VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES. CONECTIVOS. TABELA-VERDADE. OPERAÇÕES LÓGICAS SOBRE PROPOSIÇÕES: NEGAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO. CONJUNÇÃO DE DUAS PROPOSIÇÕES. SEQUÊNCIAS LÓGICAS, DISJUNÇÃO DE DUAS PROPOSIÇÕES. PROPOSIÇÃO CONDICIONAL. PROPOSIÇÃO BICONDICIONAL. TAUTOLOGIAS E CONTRADIÇÕES EQUIVALÊNCIA LÓGICA E IMPLICAÇÃO LÓGICA. CONCEITO E PROPRIEDADES DA RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA LÓGICA. RECÍPROCA, CONTRÁRIA E CONTRAPOSITIVA DE UMA PROPOSIÇÃO CONDICIONAL. IMPLICAÇÃO LÓGICA. PRINCÍPIOS LÓGICOS. PROBLEMAS DE LÓGICAS MATEMÁTICAS. PRINCÍPIO DE SUBSTITUIÇÃO. PROPRIEDADE DA IMPLICAÇÃO LÓGICA. ARGUMENTOS: CONCEITO DE ARGUMENTO. VALIDADE DE UM ARGUMENTO. CRITÉRIO DE VALIDADE DE UM ARGUMENTO

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Geometria básica.
- Álgebra básica e sistemas lineares.
- Calendários.
- Numeração.
- Razões Especiais.
- Análise Combinatória e Probabilidade.
- Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

- A – Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)
- B – Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)
- C – Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
 - Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
 - Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
 - Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
 - Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s, ..., chamadas letras proposicionais.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples**.

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONNECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	~	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>~p</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ^ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p v q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	v̄	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p v̄ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p v̄ q	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v̄ q																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	→	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p → q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	p → q	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	p → q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	↔	p se e somente se q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ↔ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	p ↔ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	p ↔ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:
(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	[P	v	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
 - Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem?
 - Fez Sol ontem?
 - Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
 - Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
 - Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Exemplos:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) “A frase dentro destas aspas é uma mentira”, não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.
- (B) A expressão $x + y$ é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.
- (C) O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos
- (D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).
- (E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

Conectivos (conectores lógicos)

Para compôr novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONEC-TIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	~	Não p	<table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td style="color: red;">p</td> <td style="color: red;">~p</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ^ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Língua Portuguesa

PRÁTICAS DE LINGUAGEM

As práticas de linguagem se referem aos diferentes usos da linguagem em contextos específicos, como comunicação, interação social, expressão de pensamentos e emoções, e construção e transmissão de conhecimento. Essas práticas podem ser observadas em diferentes formas de linguagem, como a oralidade, a escrita, a linguagem corporal e a linguagem digital.

Além disso, as práticas de linguagem também estão relacionadas às normas e convenções sociais que regem o uso da linguagem em diferentes contextos. Cada contexto possui suas próprias regras e expectativas em relação à linguagem, o que pode afetar a forma como nos expressamos e nos comunicamos.

As práticas de linguagem também estão em constante evolução e mudança, especialmente com o avanço da tecnologia e das mídias sociais. Novas formas de linguagem e comunicação estão surgindo, como emojis, gírias e memes, que refletem as mudanças nas práticas de linguagem e na cultura em geral.

No âmbito educacional, as práticas de linguagem são centrais para o desenvolvimento da linguagem e da competência comunicativa dos indivíduos. A escola desempenha um papel importante no ensino e na aprendizagem das práticas de linguagem, ajudando os alunos a entenderem como usar a linguagem de forma apropriada e eficaz em diferentes contextos.

Sendo assim, as práticas de linguagem são os usos e abordagens da linguagem em diferentes contextos sociais, culturais e educacionais. Elas envolvem a comunicação, a interação social e a construção do conhecimento, e estão sujeitas a normas e convenções específicas de cada contexto.

GÊNEROS TEXTUAIS ORAIS

— Concepção

A oralidade consiste na variação falada da língua, ocorrendo sempre que um indivíduo faz uso de seu aparelho fonador para se comunicar. Essa modalidade é a que aprendemos primeiro, ela tem como características principais a repetição e a efemeridade, pois, antes mesmo de escrever, o ser humano aprende a falar.

Em termos pedagógicos, a oralidade não está limitada à análise da realidade da fala (materialidade), sendo incluídos também, em determinados contextos socioculturais, a fala relacionada à sua entonação, ritmo, volume e mesclada por variadas formas de linguagens, como a imagem, a gestualidade e inclusive à variação escrita da língua, como em uma exposição, em apresentação de TV, etc.

— Gêneros orais

De acordo com o Grupo de Pesquisa e Estudo do texto e do Discurso (PETEDI), os gêneros orais se caracterizam pela base na voz humana e foram gerados para serem concretizados de forma oral, fazendo uso da voz do ser humano, mesmo que tenha ou não uma alternativa redigida.

Dessa forma, exemplificativamente, uma peça teatral escrita para uma performance oral no palco, ou mesmo a comunicação científica em seminários acadêmicos, mesmo terem sido elaborados para serem expressos na oralidade, apresentam também a sua versão escrita.

No entanto, um artigo acadêmico que trata do mesmo tema de uma conferência foi elaborado apenas para constar na modalidade escrita, sem visar à realização oral. Por isso, ainda que ocorra sua leitura em voz alta, permanecerá na modalidade escrita, não se tornando um gênero oral.

Na mesma condição, temos as reportagens em jornais e revistas, os contos e os romances. Isso quer dizer que a mera organização de uma produção escrita não faz dela um gênero oral. Por essas razões, o suporte da voz humana é o que diferencia o gênero oral do gênero escrito, assim como o seu propósito de ter sido elaborado para concretização oral.

É importante destacar que a fala não pode ser considerada o suporte dos gêneros orais, porque ela é a própria língua empregada de forma oral. Naturalmente, os gêneros orais são criados com a língua falada e apresentarão propriedades que podem ser próprias de um gênero ou exclusivas da língua falada e gerais a toda forma de texto oral.

Assim, os gêneros orais também podem ser aqueles que apresentam uma versão escrita, porém, sua efetivação é predominantemente oral, fazendo uso da voz humana como suporte. Nesse caso, portanto, incluem-se os gêneros diversos, como reportagens faladas no rádio e em telejornais que normalmente possuem versões escritas previamente, telenovelas, séries e filmes com seus roteiros, performances teatrais, conferências e etc.

— Oralidade e ensino da língua

Abordar a oralidade como matéria de ensino de língua e como conhecimento escolar é considerar um integrante do currículo educativo constante no processo de ensino desde que este foi iniciado no Brasil, no século XIX.

Pesquisas históricas sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil delineiam a trajetória pela qual a oralidade foi sendo moldada visando um ensino fundamentado nos conhecimentos acerca do emprego da palavra, especialmente no que diz respeito ao falar em público, isto é, o emprego retórico da palavra.

Instrumentos empregados tradicionalmente sobre a oralidade no ensino da língua portuguesa

Atividades de leitura expressiva, recitação, composição oral (como narrativas, resumos e descrições) e leitura em voz alta, são exemplos de tal atividade. Todos esses exercícios constituem os me-

canismos pedagógicos que o professor de língua portuguesa sempre deve ter à disposição para promover a circulação do conhecimento acerca da oralidade.

Tais instrumentos estão intimamente relacionados aos livros de leitura, às antologias, às coletâneas, enfim, a todos aqueles outros instrumentos que proporcionam suporte material do conhecimento escolar baseado na oralidade (ou vocalização).

As funções da oralidade em sala de aula

a) aperfeiçoamento da dicção, da pronúncia e da fluência em leitura, especialmente durante os anos iniciais de escolarização;

b) inclusão de formas de dizer, tidas como claras, corretas e formais, emprestados a autores renomados, em textos de diferentes tipos e gêneros;

c) assimilação das temáticas dos textos (como temas morais ou relacionados ao caráter patriótico que eram estimuladas para a criação e fortalecimento do caráter do cidadão brasileiro e de uma identidade nacional).

— Particularidades do texto oral

Assim como o texto escrito, o texto oral é uma manifestação da linguagem verbal e tem o propósito de comunicar. Porém, características fundamentais os distinguem. São elas:

1) maior espontaneidade, informalidade e, conseqüentemente, maior liberdade;

2) maior tolerância em relação à observação da norma culta;

3) maior aproximação ou mesmo contato direto entre os agentes comunicativos (emissor e receptor);

4) não deixa quaisquer registros, pois é transitória e sujeita a renovação regular;

5) é um processo assimilado a partir da interação social, não demandando, portanto, instrução escolar;

6) emprego da gestualidade, da entonação, da postura, expressões faciais, enfim, dos recursos extralinguísticos que simplificam o entendimento da mensagem;

7) em geral, apresenta vocabulário limitado e construções simplificadas;

8) apresenta inadequações e repetições incorrigíveis;

9) está sujeita a desvios e intervalos de pensamento, pois não ocorre em linearidade de raciocínio.

PRODUÇÃO DE TEXTOS NAS SÉRIES INICIAIS: GÊNEROS DA ORDEM NARRAR, RELATAR, ARGUMENTAR, EXPOR, PRESCREVER

Na educação das séries iniciais, é fundamental desenvolver e aprimorar a habilidade de produção de textos em diferentes gêneros. Isso não apenas contribui para a formação linguística dos alunos, mas também para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de expressão.

Entre os principais gêneros trabalhados nas séries iniciais, destacam-se a ordem narrar, relatar, argumentar, expor e prescrever.

O gênero narrar, por exemplo, envolve a habilidade de contar histórias. Nessa atividade, os alunos têm a oportunidade de desenvolver a criatividade, a imaginação e o senso de sequência temporal. Além disso, a narrativa auxilia no desenvolvimento da capacidade de organização das ideias, já que é necessário criar um enredo com começo, meio e fim.

Já o gênero relatar consiste em descrever fatos, ideias ou experiências vividas. Nessa atividade, os alunos aprendem a organizar informações de forma lógica, clara e objetiva, apresentando eventos em uma ordem cronológica. É uma oportunidade de desenvolver o senso de observação e a capacidade de síntese.

O gênero argumentar é muito importante para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Nele, é necessário apresentar um ponto de vista e sustentá-lo com argumentos. É uma oportunidade para os estudantes desenvolverem a habilidade de formular e defender suas opiniões, além de aprenderem a respeitar diferentes pontos de vista.

No gênero expor, o objetivo é apresentar informações sobre um determinado tema de forma clara e organizada. Nesse tipo de texto, os alunos aprendem a pesquisar, selecionar e organizar informações, fazendo uso de recursos como introdução, desenvolvimento e conclusão.

Por fim, o gênero prescrever envolve a habilidade de instruir, direcionar ou orientar o leitor sobre como fazer algo. É uma oportunidade para os alunos desenvolverem a capacidade de explicar de forma clara e objetiva, utilizando instruções sequenciais.

Em resumo, a produção de textos nas séries iniciais abrange gêneros como narrar, relatar, argumentar, expor e prescrever. Cada um deles contribui para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e cognitivas dos alunos, preparando-os para uma comunicação eficiente e uma participação ativa na sociedade.

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DO TEXTO: COESÃO E COERÊNCIA

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Língua Portuguesa

PRÁTICAS DE LEITURA DE TEXTOS ORAIS E ESCRITOS: LEITURA: PROCESSOS COGNITIVOS E ESTRATÉGIAS DE LEITURA

— Concepção

Em poucas palavras, a leitura é um exercício que transcende as palavras, e constitui requisitos básicos para a comunicação, a obtenção do saber e a aquisição de novas habilidades. Já foi comumente abordada apenas pela perspectiva da decodificação, porém, essa concepção foi se modificando aos poucos, pois a leitura passou a ser considerada uma habilidade extensiva que compreende diversas formas de comunicação e de relação com várias informações.

Com isso, não existe apenas uma concepção capaz de definir toda a multivalência da leitura. Essas muitas concepções estão sujeitas a propósitos e contextos. Dentre as conjunturas, uma das predominantes é a que se refere ao processo inicial de aprendizagem da leitura e da escrita.

A leitura de textos orais e escritos é uma habilidade fundamental para o desenvolvimento cognitivo e acadêmico de um indivíduo. É por meio da leitura que adquirimos conhecimento, interpretamos informações e nos comunicamos de forma eficiente.

No processo de leitura, ocorrem diversos processos cognitivos que permitem a compreensão do texto. Esses processos incluem a decodificação das palavras, a identificação de estruturas gramaticais, a inferência de significado a partir do contexto, a organização e categorização das informações, entre outros.

Além dos processos cognitivos, a leitura também envolve o uso de estratégias específicas para facilitar a compreensão do texto. Essas estratégias podem ser divididas em três categorias principais: estratégias pré-leitura, estratégias de leitura e estratégias pós-leitura.

As estratégias pré-leitura são aquelas utilizadas antes mesmo de iniciar a leitura efetiva do texto. Elas incluem a ativação de conhecimentos prévios sobre o assunto, a formulação de hipóteses sobre o conteúdo do texto e a definição de objetivos e propósitos para a leitura.

As estratégias de leitura são aquelas utilizadas durante a leitura do texto. Elas incluem a identificação de palavras-chave e informações importantes, a identificação da estrutura organizacional do texto (introdução, desenvolvimento, conclusão), a realização de inferências a partir do contexto, a conexão entre ideias e a monitorização da compreensão.

As estratégias pós-leitura são aquelas utilizadas após a conclusão da leitura do texto. Elas incluem a revisão e resumo das informações, a reflexão sobre o conteúdo lido, a realização de perguntas para checar a compreensão, a identificação de pontos de destaque e a elaboração de sínteses ou conclusões.

É importante ressaltar que as estratégias de leitura podem variar de acordo com o tipo de texto, o objetivo da leitura e as características individuais de cada leitor. Por isso, é fundamental que cada indivíduo desenvolva seu próprio repertório de estratégias e as ajuste de acordo com as necessidades de cada situação de leitura.

Em resumo, a leitura de textos orais e escritos envolve uma série de processos cognitivos e o uso de estratégias específicas para facilitar a compreensão do texto. O desenvolvimento dessas habilidades é essencial para o sucesso acadêmico e profissional de um indivíduo.

— Gêneros

A leitura consiste em um instrumento fundamental para obtenção de experiência e de cultura. Além disso, a leitura dos gêneros do discurso que transitam todos os dias na sociedade possibilita o entendimento e a absorção dos conceitos abstratos e, consequentemente, oferece mais e melhores oportunidades de crescimento social e profissional.

Diariamente, transitam em nossa sociedade inúmeros gêneros discursivos, sendo que cada um deles possui uma intenção e propósito específicos, estando, por seu turno, relacionados a uma dada conjuntura de interação social, dentro de uma sociedade. Com sua introdução na conjuntura da leitura e da escrita, a pessoa passa a ter diante si uma infinidade de textos pertencentes aos mais variados gêneros discursivos.

Diante disso, é possível dizer que, apesar de não existirem gêneros unicamente voltados para a atividade em sala de aula, é fundamental que o professor ofereça aos alunos textos dos tipos mais diversos, para que eles venham a conhecer além do convívio de gênero, isto é, tenham contato com as configurações e especificidades textuais e as funcionalidades da língua.

Conforme postulam as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs), as práticas discursivas trabalhadas em sala de aula devem envolver o discurso como prática social (conteúdo estruturante) e os conteúdos discursivos, que nada mais são que os gêneros. Nesse sentido, os conteúdos específicos compreendem os variados gêneros discursivos e os componentes linguístico-discursivos. Estes consistem, basicamente, nas unidades linguísticas relacionadas às unidades de linguagem, originadas a partir da posição que o emissor desempenha no enunciado e nos conteúdos referentes ao propósito ou ao objeto discursivo, isto é, aquilo que pode vir a ser comunicado por meio de um gênero e nas composições, consideradas a estrutura própria dos textos que fazem parte de um gênero.

A diversidade e quantidade de gêneros presentes na sociedade favorece o contato do professor com todo tipo de gênero, assim como beneficia sua introdução no âmbito dos gêneros discursivos que transitam diariamente em nossa sociedade. Com essa variedade de textos, o educando terá mais fluência para orientar seus alunos na produção, interpretação e leitura autônoma.

De modo geral, os gêneros dos discursos estão compreendidos nos textos, sejam formais ou informais, verbais ou não verbais, visuais, poéticos, literários, didáticos, ou pertencente a quaisquer áreas do conhecimento.

— Papel do leitor

O principal papel do leitor é de dialogar com o autor do texto. Ao ler, o leitor assimila aquilo que foi escrito por alguém e, ao chegar a uma conclusão, acaba por dialogar com uma pessoa que ele sequer conhece. Muitas vezes, o leitor sequer existiu na mesma época do escritor. Mas, mesmo assim, devido às habilidades de escrita e leitura, de ambos os lados, o diálogo entre eles é possível. Ao recomendar um texto (seja um livro, uma notícia, uma poesia, etc.), o leitor é o agente capaz de preservar a vida e a relevância da obra.

Ao pensarmos no contexto atual, em que os textos se encontram extremamente acessíveis nas plataformas digitais, o leitor tem o significativo papel de prezar e empenhar-se na busca pela leitura mais fidedigna e honesta, para manter-se informado sobre os fatos, da melhor maneira possível. O entretenimento também pode ocorrer por meio da leitura, como forma de ocupação em momentos de ociosidade.

Ao pensarmos nos diversos cursos digitais e no material didático escrito, o leitor é um aluno. Nessa perspectiva, seu papel altera-se de passivo para agente, devendo empregar o aprendizado obtido no seu cotidiano pessoal e profissional. Ao expressar sua opinião acerca do texto de outra pessoa, o leitor torna-se um crítico. Nesse papel, ele fundamenta seu parecer em toda a cultura que assimilou no decorrer de suas experiências de leitura.

Pensando, novamente, na contemporaneidade, temos o leitor das redes sociais, que, nessa condição, tem diversos papéis: consumidor, vendedor, empresário e profissional. Isso porque, estado o tempo todo exposto ao conteúdo, o leitor passa a ser também um produtor.

Assim, o papel do leitor não se limita apenas à leitura, e, como o ser humano é o resultado da cultura obtida ao longo de sua vida, o leitor apresenta-se de acordo com os textos com os quais tem contato em toda a sua existência.

— Diferentes objetivos da leitura

Na educação infantil, a leitura tem o objetivo principal de desenvolver as muitas habilidades básicas. Os objetivos da leitura em sala de aula são diversos, como:

- I – Ampliação do vocabulário e melhoria da comunicação;
- II – Desenvolvimento da capacidade de concentração e de disciplina;
- III – Estímulo da imaginação e criatividade;
- IV – Desenvolvimento do senso crítico e da capacidade de interpretação textual;
- V – Auxílio no desenvolvimento da empatia e da conscientização de cidadania;
- VI – Desenvolvimento da capacidade de argumentação.

— Formação do leitor crítico

A leitura crítica, de forma geral, compreende a identificação de uma reflexão fundamentada que pondera e investiga o conteúdo lido. Um leitor crítico, em termos acadêmicos, quer dizer progredir em conhecimento e entendimento.

Para formar um leitor crítico, a prática da leitura é crucial, de uma espécie de conteúdo que possibilite ao leitor dissertar acerca do que leu e criar viabilidades para entender suas inferências, e, conforme vai realizando outras leituras mais, gerar novas possibilidades para uma construção de sentido gradativamente mais autônoma.

Na educação brasileira, a reestruturação é um assunto em redor do qual infinitos debates encontram-se centralizados, com a finalidade de formar um cidadão mais reflexivo, crítico e preparado para movimentar-se na sociedade na busca pelos seus interesses, observando os princípios morais, éticos e que regem a vida em sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, regimentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, propôs que o ensino médio, etapa final da educação básica, precisa assegurar mais do que a aquisição de conteúdos programáticos cruciais: é necessário garantir uma formação crítico-social, para proporcionar aos jovens estudantes o preparo básico para de encarar a vida com mais segurança.

Cabe aos professores de todas as disciplinas – não somente aos que lecionam a Língua Portuguesa – a missão de formar leitores, tendo em vista que a leitura é artefato de apoderamento do saber, é o instrumento que possibilita “aprender a aprender”, constituindo, portanto, uma prática de ensino em todas os campos do conhecimento.

PRÁTICA DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA E BNCC - LÍNGUA PORTUGUESA

A prática de análise linguística está diretamente relacionada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Língua Portuguesa. A análise linguística refere-se ao estudo dos elementos da língua, como gramática, fonética, semântica e sintaxe, a fim de compreender e analisar o funcionamento da linguagem.

A BNCC - Língua Portuguesa, por sua vez, estabelece as competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver em relação à língua materna ao longo da educação básica. Ela trata a língua como instrumento de comunicação, expressão e compreensão do mundo, envolvendo a oralidade, a leitura, a escrita, a compreensão e a produção de textos.

Dessa forma, a prática de análise linguística está presente em diversos momentos da BNCC - Língua Portuguesa. Por exemplo, no campo da oralidade, é importante que os estudantes desenvolvam

a capacidade de identificar e compreender diferentes usos da linguagem, como o uso mais formal, o uso mais informal e as variações regionais. Isso implica em analisar a escolha das palavras, as estruturas sintáticas utilizadas e o contexto de comunicação.

No campo da escrita, a análise linguística está presente na compreensão das regras gramaticais e na utilização adequada da pontuação, acentuação, concordância, entre outros aspectos. Além disso, a análise de textos também é essencial para a compreensão de como a linguagem é utilizada para construir significados e transmitir mensagens aos leitores.

Logo, a prática de análise linguística está intrinsecamente ligada à BNCC - Língua Portuguesa, pois é por meio dessa análise que os estudantes desenvolvem a capacidade de compreender e utilizar a língua de forma adequada e eficiente, tanto na oralidade quanto na escrita.

LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: PRÁTICAS DE LINGUAGEM, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, aprofundam-se as experiências com a língua oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil.

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escrita em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais.

As diversas práticas letradas em que o aluno já se inseriu na sua vida social mais ampla, assim como na Educação Infantil, tais como cantar cantigas e recitar parlendas e quadrinhas, ouvir e recontar contos, seguir regras de jogos e receitas, jogar games, relatar experiências e experimentos, serão progressivamente intensificadas e complexificadas, na direção de gêneros secundários com textos mais complexos.

Preserva-se, nesses eventos de letramento, mesmo em situação escolar, sua inserção na vida, como práticas situadas em eventos motivados, embora se preserve também a análise de aspectos desses enunciados orais e escritos que viabilizam a consciência e o aperfeiçoamento de práticas situadas.

O processo de alfabetização

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica.

Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeta e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organi-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Matemática

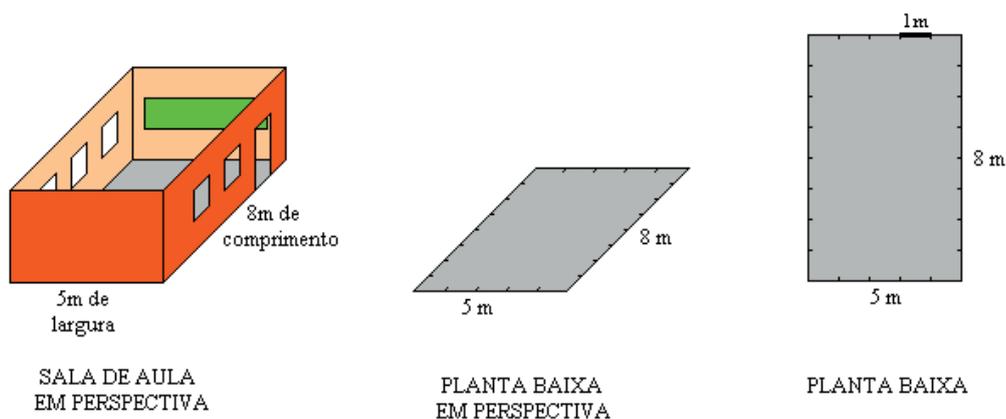
LOCALIZAÇÃO, ESPAÇO E FORMAS

Geometria plana

Aqui nos deteremos a conceitos mais cobrados como perímetro e área das principais figuras planas. O que caracteriza a geometria plana é o estudo em duas dimensões.

Perímetro

É a soma dos lados de uma figura plana e pode ser representado por **P** ou **2p**, inclusive existem umas fórmulas de geometria que aparece **p** que é o semiperímetro (metade do perímetro). Basta observamos a imagem:



Observe que a planta baixa tem a forma de um retângulo.

Exemplo:

(CPTM - Médico do trabalho – MAKIYAMA) Um terreno retangular de perímetro 200m está à venda em uma imobiliária. Sabe-se que sua largura tem 28m a menos que o seu comprimento. Se o metro quadrado cobrado nesta região é de R\$ 50,00, qual será o valor pago por este terreno?

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 100.000,00.
- (C) R\$ 125.000,00.
- (D) R\$ 115.200,00.
- (E) R\$ 100.500,00.

Resolução:

O perímetro do retângulo é dado por $= 2(b+h)$;

Pelo enunciado temos que: sua largura tem 28m a menos que o seu comprimento, logo $2(x + (x-28)) = 2(2x - 28) = 4x - 56$. Como ele já dá o perímetro que é 200, então

$$200 = 4x - 56 \rightarrow 4x = 200 + 56 \rightarrow 4x = 256 \rightarrow x = 64$$

Comprimento = 64, largura = $64 - 28 = 36$

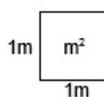
Área do retângulo = $b \cdot h = 64 \cdot 36 = 2304 \text{ m}^2$

Logo o valor da área é: $2304 \cdot 50 = 115200$

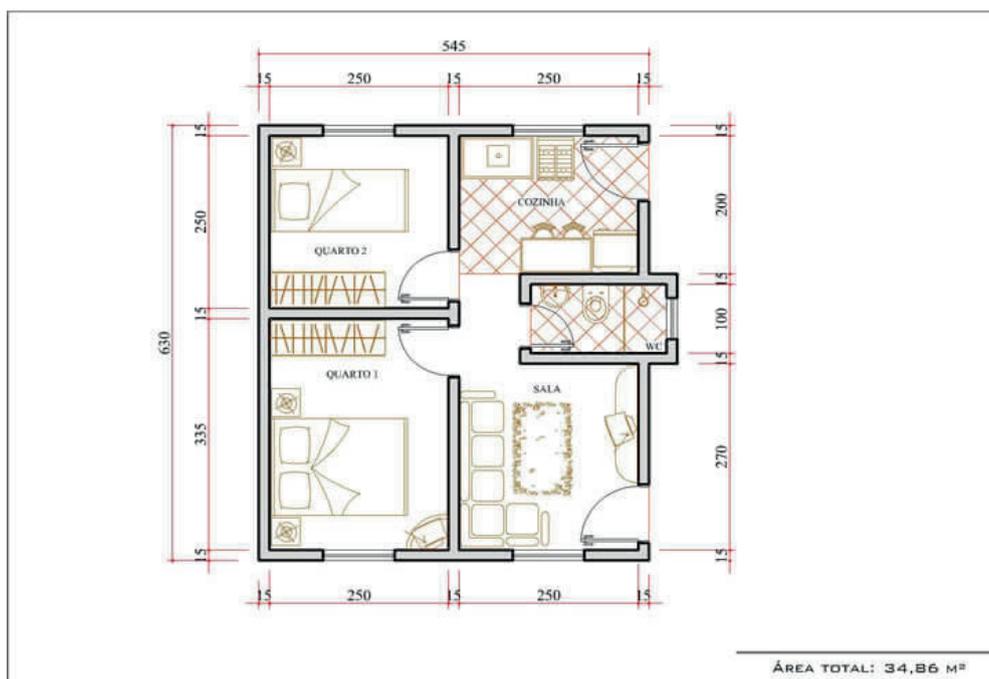
Resposta: D

• Área

É a medida de uma superfície. Usualmente a unidade básica de área é o m^2 (metro quadrado). Que equivale à área de um quadrado de 1 m de lado.



Quando calculamos que a área de uma determinada figura é, por exemplo, 12 m²; isso quer dizer que na superfície desta figura cabem 12 quadrados iguais ao que está acima.



Planta baixa de uma casa com a área total

Para efetuar o cálculo de áreas é necessário sabermos qual a figura plana e sua respectiva fórmula. Vejamos:

<p>TRIÂNGULO</p>	$A = \frac{b \cdot h}{2}$ <p>Sendo, A: área b: base h: altura</p>	<p>RETÂNGULO</p>	$A = b \cdot h$ <p>Sendo, A: área b: base h: altura</p>
<p>QUADRADO</p>	$A = L^2$ <p>Sendo, A: área L: lado</p>	<p>TRAPÉZIO</p>	$A = \frac{(B + b) \cdot h}{2}$ <p>Sendo, A: área B: base maior b: base menor h: altura</p>
<p>LOSANGO</p>	$A = \frac{D \cdot d}{2}$ <p>Sendo, A: área D: diagonal maior d: diagonal menor</p>	<p>CÍRCULO</p>	$A = \pi \cdot r^2$ <p>Sendo, A: área π: constante Pi (3,14) r: raio</p>

(Fonte: <https://static.todamateria.com.br/upload/57/97/5797a651dfb37-areas-de-figuras-planas.jpg>)

Geometria espacial

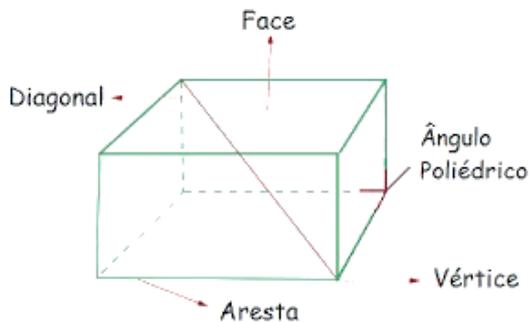
Aqui trataremos tanto das figuras tridimensionais e dos sólidos geométricos. O importante é termos em mente todas as figuras planas, pois a construção espacial se dá através da junção dessas figuras. Vejamos:

Diedros

Sendo dois planos secantes (planos que se cruzam) π e π' , o espaço entre eles é chamado de diedro. A medida de um diedro é feita em graus, dependendo do ângulo formado entre os planos.

Poliedros

São sólidos geométricos ou figuras geométricas espaciais formadas por três elementos básicos: **faces**, **arestas** e **vértices**. Chamamos de poliedro o sólido limitado por quatro ou mais polígonos planos, pertencentes a planos diferentes e que têm dois a dois somente uma aresta em comum. Veja alguns exemplos:



Os polígonos são as faces do poliedro; os lados e os vértices dos polígonos são as arestas e os vértices do poliedro.

Um poliedro é **convexo** se qualquer reta (não paralela a nenhuma de suas faces) o corta em, no máximo, dois pontos. Ele não possui "reentrâncias". E caso contrário é dito não convexo.

Relação de Euler

Em todo poliedro convexo sendo V o número de vértices, A o número de arestas e F o número de faces, valem as seguintes relações de Euler:

Poliedro Fechado: $V - A + F = 2$

Poliedro Aberto: $V - A + F = 1$

Para calcular o número de arestas de um poliedro temos que multiplicar o número de faces F pelo número de lados de cada face n e dividir por dois. Quando temos mais de um tipo de face, basta somar os resultados.

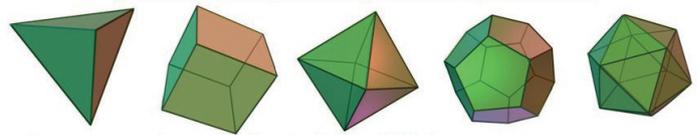
$A = n.F/2$

Poliedros de Platão

Eles satisfazem as seguintes condições:

- todas as faces têm o mesmo número n de arestas;
- todos os ângulos poliédricos têm o mesmo número m de arestas;
- for válida a relação de Euler ($V - A + F = 2$).

POLIEDRO	ARESTAS	VÉRTICES	FACES
TETRAEDRO	6	4	4
HEXAEDRO	12	8	6
OCTAEDRO	12	6	8
DODECAEDRO	30	20	12
ICOSAEDRO	30	12	20



Poliedros Regulares

Um poliedro é dito regular quando:

- suas faces são polígonos regulares congruentes;
- seus ângulos poliédricos são congruentes;

Por essas condições e observações podemos afirmar que todos os poliedros de Platão são ditos Poliedros Regulares.

Exemplo:

(PUC/RS) Um poliedro convexo tem cinco faces triangulares e três pentagonais. O número de arestas e o número de vértices deste poliedro são, respectivamente:

- (A) 30 e 40
- (B) 30 e 24
- (C) 30 e 8
- (D) 15 e 25
- (E) 15 e 9

Resolução:

O poliedro tem 5 faces triangulares e 3 faces pentagonais, logo, tem um total de 8 faces ($F = 8$). Como cada triângulo tem 3 lados e o pentágono 5 lados. Temos:

$$A = \frac{5 \cdot 3 + 3 \cdot 5}{2} = \frac{15 + 15}{2} = \frac{30}{2} = 15$$

$$V - A + F = 2$$

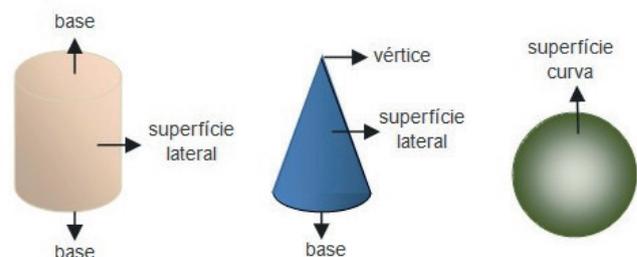
$$V - 15 + 8 = 2$$

$$V = 2 + 15 - 8$$

$$V = 9$$

Resposta: E

Não Poliedros



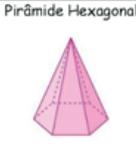
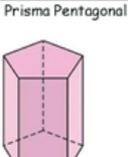
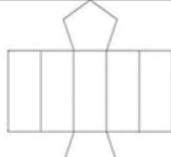
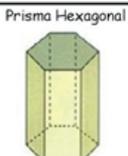
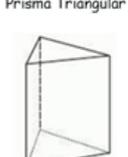
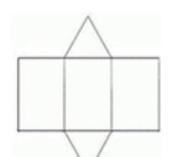
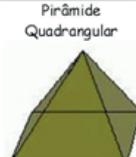
Os sólidos acima são. São considerados não planos pois possuem suas superfícies curvas.

Cilindro: tem duas bases geometricamente iguais definidas por curvas fechadas em superfície lateral curva.

Cone: tem uma só base definida por uma linha curva fechada e uma superfície lateral curva.

Esfera: é formada por uma única superfície curva.

Planificações de alguns Sólidos Geométricos

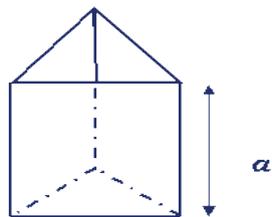
Sólido	Planificação	Sólido	Planificação
			
			
			
			

Fonte: <https://1.bp.blogspot.com/-WWDbQ-Gh5zU/Wb7iCJR42BI/AAAAAAAAI90/kfRXicYLu4lqf7ueIYKI39DU-9Zw24lgCLcBGAs/s1600/revi%25C3%25A3o%2Bfiguras%2Bgeom%25C3%25A9tricas-page-001.jpg>

Sólidos geométricos

O cálculo do volume de figuras geométricas, podemos pedir que visualizem a seguinte figura:

Prisma



- a) A figura representa a planificação de um prisma reto;
- b) O volume de um prisma reto é igual ao produto da área da base pela altura do sólido, isto é:

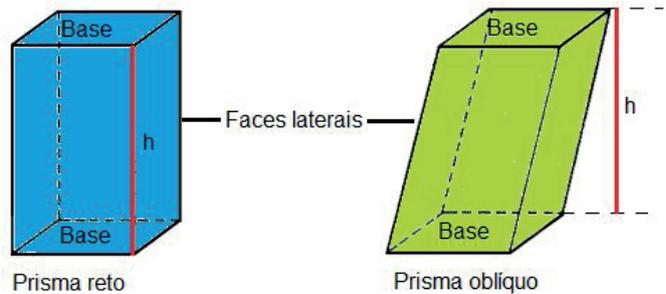
$V = Ab \cdot a$

Onde a é igual a h (altura do sólido)

- c) O cubo e o paralelepípedo retângulo são prismas;
- d) O volume do cilindro também se pode calcular da mesma forma que o volume de um prisma reto.

Área e Volume dos sólidos geométricos

PRISMA: é um sólido geométrico que possui duas bases iguais e paralelas.



Área Lateral: soma das áreas das faces retangulares

Área Total: soma das áreas das bases com a área lateral

Volume: Área da base x Altura

Exemplo:

(**PREF. JUCÁS/CE – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – INSTITUTO NEO EXITUS**) O número de faces de um prisma, em que a base é um polígono de n lados é:

- (A) n + 1.
- (B) n + 2.
- (C) n.
- (D) n – 1.
- (E) 2n + 1.

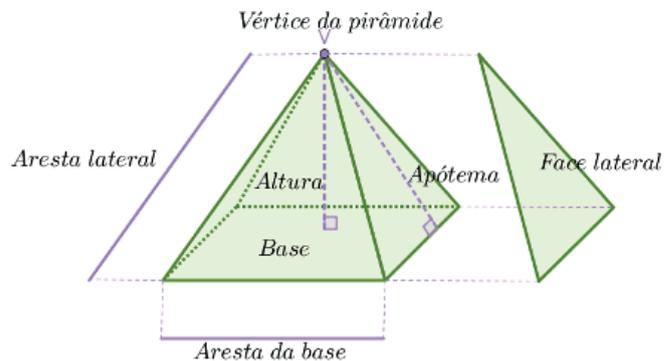
Resolução:

Se a base tem n lados, significa que de cada lado sairá uma face. Assim, teremos n faces, mais a base inferior, e mais a base superior.

Portanto, n + 2

Resposta: B

PIRÂMIDE: é um sólido geométrico que tem uma base e um vértice superior.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

História

CONHECIMENTO HISTÓRICO: CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA SOCIAL

A história, como campo de estudo fascinante, busca ininterruptamente compreender e interpretar os acontecimentos pretéritos que deram forma ao mundo contemporâneo. O entendimento histórico, essencial para apreender nossa identidade coletiva, viabiliza a assimilação de ensinamentos advindos dos equívocos e triunfos passados, desempenhando um papel crucial na construção da consciência humana.

A índole interpretativa do conhecimento histórico é uma das suas características essenciais. Os estudiosos não se restringem a registrar fatos; buscam decifrar as causas e consequências dos eventos passados, analisando fontes primárias e secundárias por meio de diversas perspectivas e contextos culturais. Essa abordagem dinâmica possibilita que o conhecimento histórico evolua à medida que novas evidências e interpretações emergem.



Além disso, o conhecimento histórico está intrinsecamente conectado à narrativa. Os historiadores não apenas apresentam uma sucessão de eventos; procuram destacar relações causais, transformações sociais e complexidades das sociedades ao longo do tempo. A habilidade de relatar historicamente de forma precisa é fundamental para preservar a memória coletiva e transmitir sabedoria às gerações vindouras.

Outro aspecto crucial é a revisão constante e a reinterpretação do conhecimento histórico. Descobertas arqueológicas e novas abordagens teóricas alteram a compreensão dos eventos históricos, enfatizando a dinâmica intrínseca da história e a importância da abordagem crítica na análise de fontes e interpretações. Essa revisão contínua evita generalizações excessivas, proporcionando uma compreensão mais minuciosa do passado.

A relevância social do entendimento histórico é inegável. A história nos conecta com o passado, fornecendo uma base para compreender o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo e edificando a identidade individual e coletiva. Essa conexão com as raízes culturais e históricas é essencial para tomadas de decisão mais informadas sobre o presente e o futuro.

Ademais, o conhecimento histórico desempenha papel crucial na construção da cidadania e na participação ativa na sociedade. Ao aprender sobre os triunfos e desafios de gerações anteriores, os cidadãos desenvolvem apreciação pelos valores democráticos, direitos humanos e justiça social. A história espelha lições aprendidas e superações, inspirando ações positivas e mudanças sociais.



A preservação da memória histórica é vital para evitar a repetição de equívocos passados. O entendimento histórico alerta sobre as consequências de escolhas equivocadas, fomentando uma sociedade mais consciente e responsável. A análise histórica oferece perspectivas valiosas sobre como civilizações lidaram com desafios análogos aos atuais, fornecendo orientação para abordar questões contemporâneas.

Em síntese, o entendimento histórico é uma ferramenta robusta para compreender o passado, modelar o presente e construir um futuro consciente e justo. Suas características interpretativas, narrativas e dinâmicas evidenciam a complexidade do passado, ao passo que sua relevância social se manifesta na construção da identidade, promoção da cidadania ativa e prevenção de recorrências históricas prejudiciais. Valorizar e fomentar o estudo da história contribui para uma sociedade esclarecida, resiliente e orientada por princípios éticos.

EXPANSIONISMO EUROPEU E COLONIZAÇÃO AMERICANA

O expansionismo europeu e a colonização americana representam um capítulo significativo na história global, marcando uma época de exploração, conquista e interações culturais que deixaram uma marca duradoura em ambos os continentes. Durante o período que se estendeu do final do século XV até o século XIX, as potências europeias se lançaram em uma jornada ambiciosa para ampliar suas esferas de influência, alcançando terras distantes nas Américas, África e Ásia. Contudo, é na colonização americana que se destaca um dos fenômenos mais impactantes desse expansionismo.

Os motivos por trás do expansionismo europeu eram variados e complexos, envolvendo fatores econômicos, como a busca por novas rotas comerciais e fontes de riqueza, e motivações geopolíticas, visando fortalecer a posição das potências europeias no contexto internacional. Questões religiosas e o desejo de espalhar a fé cristã também desempenharam um papel importante nesse movimento expansionista.



A chegada de Cristóvão Colombo às Américas em 1492 marcou o início de uma era de colonização que transformaria profundamente o panorama tanto do Velho Mundo quanto do Novo Mundo. A descoberta de terras até então desconhecidas abriu caminho para uma série de expedições lideradas por exploradores como Hernán Cortés, Francisco Pizarro, John Cabot e muitos outros, que buscavam expandir os impérios europeus e explorar as vastas riquezas das Américas.

A colonização das Américas teve impactos abrangentes, envolvendo aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. No aspecto social, o encontro entre europeus e povos indígenas resultou em uma interação complexa, levando a conflitos, trocas culturais e, eventualmente, à formação de sociedades mestiças. O choque de civilizações desencadeou um processo de aculturação, no qual elementos europeus e indígenas se entrelaçaram, formando uma nova realidade sociocultural nas Américas.

Economicamente, a colonização trouxe mudanças significativas. A exploração de recursos naturais, como ouro, prata e produtos agrícolas, enriqueceu as potências colonizadoras, mas muitas vezes à custa da exploração dos povos indígenas e da introdução do sistema de plantation, baseado na produção em larga escala de cultivos como cana-de-açúcar e tabaco, utilizando trabalho escravo africano.

No âmbito político, as colônias americanas foram frequentemente governadas por regimes coloniais, estabelecendo relações complexas entre metrópoles e territórios colonizados. A resistência dos povos nativos e as lutas por independência ao longo dos séculos XVIII e XIX marcaram o surgimento de nações latino-americanas independentes, desafiando o domínio europeu na região.

O impacto da colonização não se limitou apenas às Américas. O intercâmbio colombiano, conhecido como Troca Columbiana, alterou radicalmente os padrões de vida nas duas extremidades do Atlântico, introduzindo novas plantas, animais, tecnologias e ideias que transformaram a dieta, a agricultura e a cultura das sociedades europeias e americanas.

Apesar das complexidades e contradições envolvidas na colonização americana, é essencial compreender esse período como parte integrante da história global, que moldou as bases para as sociedades contemporâneas. As influências mútuas entre europeus e americanos, os conflitos e colaborações, as mudanças sociais e econômicas revelam as intrincadas teias da história mundial, destacando a necessidade de uma análise crítica e contextualizada desse capítulo fascinante e, por vezes, controverso da história humana.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

A organização social do Brasil é um tema de extrema complexidade, espelhando a riqueza da diversidade cultural, étnica e socioeconômica que caracteriza o país. Ao longo de sua história, o Brasil experimentou diversas metamorfoses em sua estrutura social, sendo moldado por influências que derivam das culturas indígenas, africanas, europeias e de diversas outras origens. A compreensão dessa organização social demanda a análise de fatores fundamentais como classe social, raça, gênero e região geográfica, revelando as disparidades e as intrincadas interconexões que configuram essa sociedade plural.

No tocante às classes sociais, o Brasil apresenta uma estrutura hierárquica marcada pela divisão entre ricos e pobres, uma característica persistente ao longo do tempo. A desigualdade econômica e a concentração de renda são desafios que impactam diretamente a organização social, influenciando o acesso a serviços básicos, oportunidades educacionais e condições de vida dignas. A discrepância socioeconômica se manifesta frequentemente nas distintas realidades entre a elite econômica e as camadas mais vulneráveis da população.



A questão racial também desempenha um papel crucial na dinâmica da organização social brasileira. O país abriga uma população diversificada, forjada pelo processo histórico de colonização, escravidão e migrações. As consequências desse passado são evidentes nas relações raciais, onde a população negra frequentemente enfrenta desafios estruturais, discriminação e sub-representação em várias esferas sociais. A busca por equidade racial emerge como uma pauta central na aspiração por uma organização social mais justa e inclusiva.

A diversidade cultural do Brasil também se manifesta na organização social, especialmente nas distintas regiões do país. Cada localidade carrega suas peculiaridades, influenciadas por fatores geográficos, históricos e culturais. O Nordeste, por exemplo, preserva fortes traços da cultura nordestina, enquanto o Sul destaca-se por suas tradições germânicas e italianas. Essa diversidade regional contribui para a riqueza da identidade brasileira, mas pode também ser um vetor de desigualdades regionais, afetando o acesso a recursos e oportunidades.

No contexto da organização de gênero, o Brasil vivenciou transformações significativas nas últimas décadas. A luta pelos direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero conquistaram espaço, resultando em avanços na participação feminina em diversos setores da sociedade. Contudo, desafios persistem, incluindo a violência de gênero e a sub-representação das mulheres em cargos de liderança. A conscientização sobre questões de gênero e a busca por equidade emergem como aspectos fundamentais na construção de uma organização social mais justa e inclusiva.



Além disso, a dinâmica urbano-rural contribui para a compreensão da organização social brasileira. As grandes cidades, marcadas pela diversidade cultural e pela concentração de oportunidades, contrastam com as realidades do meio rural, onde aspectos como acesso à educação e saúde podem ser mais desafiadores. A migração do campo para a cidade, historicamente significativa, também influencia a dinâmica populacional e a estrutura social do Brasil.

Em resumo, a organização social do Brasil é um tema multifacetado, permeado por uma intrincada interação de fatores históricos, culturais e socioeconômicos. A compreensão das dinâmicas sociais brasileiras exige uma abordagem holística, considerando as diversas camadas e dimensões que constituem essa sociedade em constante evolução. A promoção da justiça social, da equidade e da inclusão surge como um desafio contínuo, essencial para a construção de um Brasil mais igualitário e democrático.

PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO

O processo político brasileiro é uma esfera complexa e dinâmica, refletindo a intrincada natureza da democracia em um país de proporções continentais. Desde a independência em 1822, o Brasil experimentou uma série de fases políticas, transitando entre monarquia, república, regimes autoritários e, finalmente, para a atual república democrática. Nesse cenário, diversos elementos e atores contribuem para moldar o panorama político nacional.

A história política do Brasil é marcada por momentos cruciais que deixaram uma marca indelével na estrutura institucional do país. A transição do império para a república em 1889 representou uma transformação significativa, introduzindo novos conceitos de cidadania e governança. Contudo, ao longo do século XX, o Brasil enfrentou períodos de instabilidade política, incluindo golpes militares que interromperam a ordem democrática, como ocorreu em 1964.

A redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, representou um retorno à governança democrática, consolidado na Constituição de 1988. Este documento estabeleceu os princípios e fundamentos da ordem política, econômica e social do país, reafirmando a separação de poderes, os direitos fundamentais e a participação popular como pilares do sistema político brasileiro.



O sistema político brasileiro caracteriza-se por ser uma república federativa, onde o poder é distribuído entre a União, estados, municípios e Distrito Federal. Além disso, adota o presidencialismo, com o presidente da República exercendo os papéis de chefe de estado e chefe de governo, eleito pelo voto direto da população. Essa estrutura tem um impacto direto na dinâmica política do país, destacando a importância das eleições e do sistema partidário na escolha dos representantes políticos.

As eleições no Brasil desempenham um papel central no processo político, proporcionando à população o direito de escolher seus representantes em diversos níveis de governo. O sistema eleitoral brasileiro é baseado em votação proporcional para os legislativos, onde a distribuição de cadeiras é proporcional aos votos recebidos pelos partidos e coligações. No Executivo, utiliza-se o voto majoritário, onde o candidato mais votado é eleito.

O Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, desempenha um papel crucial na elaboração e aprovação de leis. A dinâmica política muitas vezes reflete a fragmentação partidária e a necessidade de coalizões para assegurar a governabilidade, aspectos que permeiam o cenário político brasileiro.

A participação da sociedade civil no processo político é outra dimensão crucial. Movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e a imprensa exercem um papel fundamental na fiscalização do poder, na promoção de debates e na defesa dos direitos fundamentais. A sociedade brasileira, por vezes, mobiliza-se em manifestações e protestos, evidenciando a busca por maior transparência, justiça social e combate à corrupção.

A questão da corrupção tem sido uma constante preocupação no cenário político brasileiro. Escândalos envolvendo políticos e grandes empresas impactaram a confiança da população nas instituições políticas. A operação Lava Jato, iniciada em 2014, tornou-se um marco no combate à corrupção, revelando esquemas complexos e levando a importantes condenações.

Outro aspecto relevante no processo político brasileiro é a questão econômica. Políticas de desenvolvimento, distribuição de renda e medidas de ajuste fiscal são temas recorrentes que influenciam as decisões dos governantes e as escolhas da população. O equilíbrio entre o crescimento econômico e a inclusão social é um desafio constante no contexto político brasileiro.

O sistema judiciário desempenha um papel ativo no processo político, sendo responsável por interpretar a Constituição, julgar ações de inconstitucionalidade e processar autoridades que come-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GEOGRAFIA

A CARTOGRAFIA COMO MEIO DE REPRESENTAÇÃO E LEITURA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A cartografia é uma ciência que se dedica ao estudo e à elaboração de mapas, ou seja, de representações gráficas do espaço geográfico. É um meio fundamental para a compreensão e leitura do mundo em que vivemos.

Através da cartografia, é possível representar de forma visual e objetiva elementos como relevo, hidrografia, vegetação, urbanização, entre outros, permitindo uma melhor compreensão e análise do espaço geográfico.

Além disso, a cartografia também é de fundamental importância para a organização e o planejamento do espaço. Ela contribui para a definição de limites territoriais, auxilia na delimitação de áreas de preservação ambiental, facilita no planejamento urbano, entre outras aplicações.

Ao interpretar um mapa, é possível obter informações sobre distâncias, localização de cidades e pontos turísticos, características naturais do ambiente, como relevo e clima, entre outros elementos. Isso auxilia tanto no conhecimento e estudo do ambiente em que vivemos, como também na tomada de decisões, seja ela pessoal, como a escolha de um local para morar, ou governamental, como a implementação de políticas públicas.

A representação do espaço geográfico por meio da cartografia não se limita apenas a representar o que existe fisicamente, mas também pode retratar aspectos culturais, históricos e sociais de uma determinada região. É uma forma de expressar a diversidade de um lugar e sua relação com o contexto global.

Com o avanço tecnológico, a cartografia atualmente conta com ferramentas digitais, como sistemas de informações geográficas (SIG) e softwares de mapeamento, que permitem a elaboração de mapas mais precisos e atualizados. Isso facilita o acesso à informação geográfica e possibilita uma representação mais completa e detalhada do espaço.

Em resumo, a cartografia é um meio essencial para a representação e leitura do espaço geográfico. Ela permite a compreensão do ambiente em que vivemos, auxilia na organização do território e na tomada de decisões, e contribui para a divulgação e o conhecimento da diversidade cultural e natural dos lugares.

A PAISAGEM E SEUS ELEMENTOS: ANÁLISE E FORMAS DE REPRESENTAR, AS DIFERENTES PAISAGENS E SUA TRANSFORMAÇÃO, A PAISAGEM E SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE ECONÔMICA, PAISAGENS URBANAS E RURAIS BRASILEIRAS

A paisagem, como expressão visual do ambiente que nos cerca, revela uma interação complexa entre a natureza e as atividades humanas. A análise e representação desse cenário abrangem desde os elementos naturais até as intervenções humanas, proporcionando uma compreensão holística que destaca a diversidade de paisagens, suas transformações ao longo do tempo e a relação intrínseca com a atividade econômica.

No contexto brasileiro, a riqueza geográfica e climática do país se reflete em paisagens naturais distintas, como a exuberante Floresta Amazônica, os planaltos do Centro-Oeste, as praias deslumbrantes do Nordeste e a vastidão do Pantanal.



A representação da paisagem pode adotar diversas formas, incluindo pinturas, fotografias, mapas e a observação direta. Para uma análise completa, é necessário considerar não apenas o aspecto visual, mas também os processos ecológicos, interações sociais e as atividades econômicas que moldam o ambiente. Ao longo do tempo, as transformações na paisagem, resultado tanto da dinâmica natural quanto das atividades humanas como urbanização, agricultura intensiva e industrialização, deixam marcas visíveis, incluindo a expansão de áreas urbanas e a conversão de ecossistemas naturais.

A relação intrínseca entre paisagem e atividade econômica torna-se evidente nas áreas onde a geografia favorece práticas específicas. A agricultura, moldando extensas áreas rurais, contrasta com os centros urbanos que refletem a concentração de atividades comerciais e industriais. No Brasil, a exploração de recursos naturais, como mineração e exploração florestal, também influencia a paisagem, levantando preocupações sobre a sustentabilidade dessas práticas.



As paisagens urbanas e rurais representam extremos na escala da transformação humana, apresentando contrastes marcantes. As áreas urbanas, caracterizadas por edifícios, infraestruturas densas e população concentrada, contrastam com as paisagens rurais, marcadas por extensões agrícolas, pequenas comunidades e uma conexão mais direta com os recursos naturais. Nas metrópoles brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, as paisagens urbanas pulsantes refletem centros de atividade econômica, cultura e vida social, destacando-se por arranha-céus, zonas industriais e redes complexas de infraestruturas. Em contrapartida, as áreas rurais, especialmente nas regiões agrícolas do país, exibem paisagens dominadas por plantações extensivas, pequenas comunidades e uma relação mais próxima com a produção de alimentos.

Resumindo, a análise da paisagem e seus elementos oferece uma compreensão multidimensional da interação entre natureza e sociedade. A diversidade de paisagens, suas transformações, a influência da atividade econômica e as distinções entre ambientes urbanos e rurais contribuem para uma visão holística do espaço geográfico. Ao examinar a paisagem, somos guiados por uma narrativa visual que revela a história, a cultura e as escolhas humanas que moldam nosso entorno.

O TRABALHO HUMANO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO: INTERFERÊNCIAS NOS ELEMENTOS NATURAIS. A POPULAÇÃO E A CULTURA BRASILEIRA E MARANHENSE

A interação entre a atividade laboral humana e o espaço geográfico estabelece uma ligação intrincada, influenciando e sendo influenciada por forças recíprocas que geram impactos significativos nos elementos naturais. Ao longo do curso histórico, as práticas de trabalho têm deixado marcas visíveis no entorno, desde as alterações na paisagem até as mudanças nos ecossistemas naturais. Essa interação complexa não apenas evidencia a habilidade humana de adaptar o ambiente para atender às suas necessidades, mas também destaca os desafios inerentes a essas intervenções.

No Brasil, um país de vastidão continental, a atuação humana desempenhou um papel crucial na ocupação e exploração de diversas áreas geográficas. Desde os primórdios da colonização, atividades extrativistas, como a busca por ouro e pedras preciosas, tiveram impactos duradouros nas paisagens, deixando marcas ainda visíveis em alguns lugares. A expansão da agricultura, a construção de vias e a urbanização são outras formas pelas quais o trabalho humano moldou o espaço geográfico brasileiro.

A população, por sua vez, é um componente essencial nessa equação. O aumento demográfico e os padrões de distribuição populacional no território brasileiro têm apresentado desafios específicos, como a urbanização concentrada, a pressão sobre os recursos naturais e a demanda por infraestrutura para atender às necessidades de uma sociedade em constante evolução. As cidades expandem-se, demandando espaço para habitação, comércio e serviços, e esse crescimento, muitas vezes, ocorre de maneira desordenada, afetando a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental.

A cultura brasileira, intrinsecamente relacionada ao trabalho e ao espaço geográfico, revela uma ampla diversidade formada por influências históricas, étnicas e regionais. A miscigenação, decorrente do encontro entre indígenas, europeus e africanos, contribuiu para a formação de uma identidade cultural singular. As práticas culturais, as manifestações artísticas, a culinária e as festividades populares são reflexos dessa fusão de influências, demonstrando como o trabalho humano não apenas modifica o ambiente físico, mas também modela as tradições e o modo de vida.

As atividades econômicas, intimamente vinculadas ao trabalho humano, desempenham um papel crucial na configuração do espaço geográfico. A exploração de recursos naturais, a agricultura, a indústria e os serviços têm impactos diretos na ocupação do território e nas características das distintas regiões brasileiras. As dinâmicas econômicas, frequentemente concentradas em áreas específicas, geram desigualdades regionais e influenciam a migração populacional, originando fluxos que continuamente moldam o espaço geográfico.

As questões ambientais também surgem como consequências das intervenções humanas no espaço geográfico. O desmatamento, a poluição dos recursos hídricos, as mudanças climáticas e a redução da biodiversidade representam desafios contemporâneos que demandam uma reflexão sobre as práticas de trabalho e o modelo de desenvolvimento adotado. A conscientização sobre a necessidade de preservação ambiental e a busca por práticas sustentáveis tornam-se elementos cruciais para atenuar os impactos adversos das atividades humanas no espaço geográfico.

Desse modo, a interação entre o trabalho humano e o espaço geográfico é intrinsecamente complexa, resultando em influências recíprocas de natureza multifacetada. Compreender essa relação é imperativo para promover um desenvolvimento sustentável que valorize não apenas o crescimento econômico, mas também a preservação do meio ambiente e o respeito à diversidade cultural. O desafio reside em encontrar um equilíbrio que assegure que as intervenções no espaço geográfico promovam a prosperidade social, veconômica e ambiental, sem comprometer as futuras gerações.

POPULAÇÃO MARANHENSE

— **Dados IBGE**

População
 População no último censo [2022] ----- 6.775.805 pessoas
 Densidade demográfica [2022] ----- 20,55 habitante por quilômetro quadrado
 Total de veículos [2022] ----- 2.031.236 veículos

Educação

IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] ----- 4,7

IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] ---- 4,2
 Matrículas no ensino fundamental [2021] ---- 1.112.636 matrículas
 Matrículas no ensino médio [2021] ---- 279.213 matrículas
 Docentes no ensino fundamental [2021] ---- 65.464 docentes
 Docentes no ensino médio [2021] ---- 15.893 docentes
 Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021] --- -- 9.236 escolas
 Número de estabelecimentos de ensino médio [2021] ---- 1.015 escolas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021] ---- 0,676
 Receitas orçamentárias realizadas [2017] ---- 18.503.261,35 R\$ (×1000)
 Despesas orçamentárias empenhadas [2017] ---- 17.627.170,76 R\$ (×1000)
 Número de agências [2021] ---- 307 agências
 Depósitos a prazo [2021] ---- 6.567.719.192,00 R\$
 Depósitos à vista [2021] ---- 3.480.421.275,00 R\$
 Área urbanizada [2019] ---- 1.544,71 km²

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil mostrou avanços em 2013, consolidando um padrão de crescimento constante observado ao longo das últimas três décadas nas três dimensões avaliadas pelo índice: expectativa de vida longa e saudável, acesso à educação e padrão de vida digno. Em 2013, o IDH do Brasil atingiu 0,744, uma melhoria em relação a 2012 que elevou o país ao 79º lugar entre os 187 países e territórios analisados pela ONU.

Especificamente no Estado do Maranhão, o IDH registrado foi de 0,639, posicionando-o como o penúltimo no ranking nacional, à frente apenas do Estado de Alagoas. O desenvolvimento do Maranhão é classificado como médio segundo os critérios das Nações Unidas.

Critérios de Avaliação do IDH

- **Saúde:** a expectativa de vida ao nascer é o indicador utilizado.
- **Educação:** considera-se uma combinação de duas variáveis: a média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e a expectativa de anos de estudo.
- **Renda:** medida pela Renda Nacional Bruta per capita.

Crescimento populacional

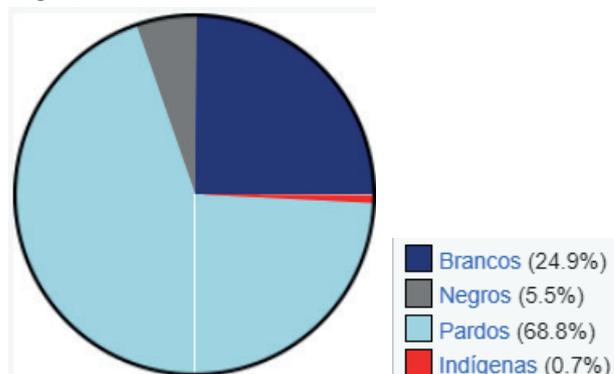
Censo	Pop.	%±
1872	359 040	
1890	430 854	20,0%
1900	499 308	15,9%
1920	874 337	75,1%
1940	1 235 169	41,3%
1950	1 583 248	28,2%
1960	2 492 139	57,4%
1970	3 037 135	21,9%
1980	4 097 231	34,9%
1991	4 929 029	20,3%
2000	5 657 552	14,8%
2010	6 574 789	16,2%
2022	6 776 699	3,1%

Composição étnica do Maranhão (2010)

A composição étnica do Maranhão, conforme dados de 2010, reflete a rica diversidade cultural do estado:

- **Branços:** 24.9%, predominantemente descendentes de portugueses, com uma pequena parcela de outros europeus, sírios e libaneses que imigraram no início e no meio do século XX.
- **Negros:** 5.5%, herança do intenso tráfico de escravos entre os séculos XVIII e XIX, com origens primárias na Costa da Mina e Guiné.
- **Pardos:** 68.8%, resultado da miscigenação entre indígenas, africanos e europeus, refletindo a longa história de interações culturais e sociais.
- **Indígenas:** 0.7%, incluindo os grupos linguísticos macro-jê e tupi, com várias comunidades ainda lutando por reconhecimento étnico e demarcação de terras.

O Maranhão é um dos estados mais miscigenados do Brasil, evidência da histórica concentração de escravos indígenas e africanos nas lavouras de cana-de-açúcar, arroz e algodão. A influência cultural europeia, principalmente portuguesa, ainda é predominante, mas as tradições africanas são igualmente marcantes na culinária, religião, festas e música do estado.



Grupos Indígenas no Maranhão

– **Macro-Jê:** grupos como os Timbira (Kanela Apanyekra e Ramkokamekra, Krikati, Gavião Pukobyê, Krepumkateyê e Krenyê).

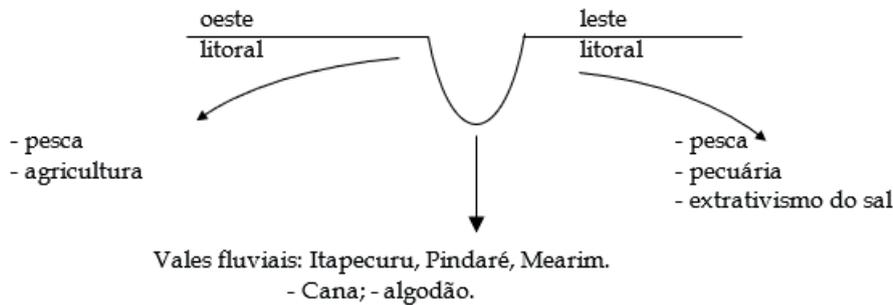
– **Tupi:** grupos como os Guajajara e Tembê, Urubu-Kaapor e Awá-Guajá, principalmente localizados na Amazônia Maranhense e Alto Mearim.

Os primeiros colonos organizados no Maranhão foram açorianos, chegando em 1619 com Estácio da Silveira. Outras levas de colonos portugueses se seguiram nos anos subsequentes, fortalecendo a presença portuguesa e influenciando significativamente a cultura local até hoje.

Povoamento

O Maranhão apresenta uma configuração trapezoidal, resultado do processo histórico de ocupação territorial e do desenvolvimento de atividades econômicas. Durante a ocupação do território, é possível identificar três principais correntes migratórias:

– **Corrente Litorânea:** esta corrente se desenvolveu ao longo dos séculos XVII a XIX nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, tanto no litoral ocidental quanto oriental. A migração foi impulsionada pela interiorização das culturas de algodão, cana-de-açúcar e arroz.



– **Corrente da Pecuária:** originada no caminho do São Francisco, essa corrente migratória chegou ao Maranhão pela região de Pastos Bons, no sul, durante o século XVII. Ela se expandiu por quase todo o território maranhense, estabelecendo a pecuária como uma importante atividade econômica.

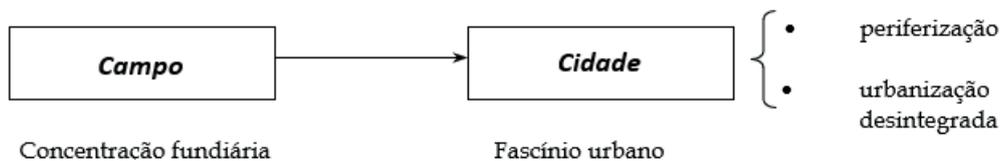
– **Corrente da Seca ou Sertaneja:** surgiu como uma rota migratória na primeira metade do século XX, motivada pelas secas no sertão e pelo declínio da economia da borracha na extremidade ocidental do norte brasileiro. Esta corrente direcionou os migrantes para o oeste do Maranhão, em busca de novas oportunidades.

Maranhão: principais migrações internas

a) Transumância: Baixada Maranhense



b) Êxodo rural: Principal causa: fatores de estagnação.



c) Migração Pendular

O êxodo rural levou à expansão das periferias urbanas em diversas cidades, intensificando o fenômeno da migração pendular, que se caracteriza pelo deslocamento diário das pessoas de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ciências

PLANETA TERRA

Origem e Evolução da Terra

Para compreender a formação do Planeta Terra, é necessário compreender a formação do Sistema Solar

Há aproximadamente 6 bilhões de anos o sistema solar era uma nuvem de gás e poeira em processo de resfriamento e contração. As partículas, que estavam em movimento desordenado, chocavam-se e se agregavam, formando pequenos fragmentos de rocha.

O choque entre estes fragmentos gerava energia, e consequente elevação da temperatura nestes corpos. A gravidade exercida por estes fragmentos de rocha se intensificava na medida em que eles ficavam maiores, o que criou um ordenamento no movimento onde fragmentos de maior massa atraíam os de menor massa.

Há aproximadamente 4,5 bilhões de anos o sistema solar era composto por grandes corpos rochosos girando em torno do Sol. A Terra era um grande corpo de matéria pastosa incandescente, em processo de resfriamento (de fora para dentro). O ferro, por ser mais pesado, formou o núcleo do planeta. Outros compostos como Silício e Óxidos metálicos formaram o manto. Com o resfriamento do planeta, abaixo dos 1500 graus celsius.

A superfície da terra (a crosta terrestre) começou a se solidificar. Parte das substâncias que compunham o manto formou os gases que deram origem à atmosfera (metano, nitrogênio e amônia, e outros elementos como hidrogênio e oxigênio).

Com o resfriamento, o vapor de água contido nesta atmosfera primitiva passou a se condensar e precipitar. Com o passar do tempo, essa precipitação formou os oceanos, e proporcionou a formação das primeiras rochas sedimentares (ação intempérica das chuvas nas rochas que formavam a crosta). Embora a crosta já estivesse solidificada, o manto não. Mesmo resfriando, o manto se encontra em estado pastoso até hoje. O magma que compõe o manto se movimenta e gera o movimento da crosta (tectonismo), causando dobramento e fraturas nas rochas.

O magma que extravasa para a superfície forma as rochas ígneas. Os primeiros microrganismos surgiram nos oceanos, favorecidos pelo resfriamento do planeta. O núcleo metálico da terra gera um campo eletromagnético que protege a superfície da terra da radiação emitida pelo Sol, e acaba por proteger os organismos vivos.

SISTEMA SOLAR

A formação do universo e do Sistema Solar é uma das maiores questões da astronomia e cosmologia. De acordo com a teoria do Big Bang, o universo surgiu há cerca de 13,8 bilhões de anos a partir de uma grande explosão. Durante os primeiros momentos do universo, o universo era extremamente quente e denso, com toda a

matéria e energia concentrada em um ponto. Conforme o universo se expandiu, ele esfriou e a matéria se condensou em galáxias, estrelas e planetas.

O Sistema Solar se formou há cerca de 4,6 bilhões de anos a partir de uma nuvem de gás e poeira em rotação. A maior parte da matéria se acumulou no centro, formando o Sol. As partículas restantes se aglutinaram para formar planetas, incluindo a Terra. Acredita-se que a Terra tenha se formado a partir de colisões sucessivas de objetos menores, que eventualmente se uniram para formar um corpo sólido.

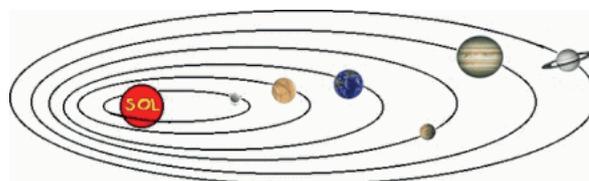
Sistema Solar

É formado pelo conjunto de oito planetas, e pelos diversos objetos e corpos celestes (asteroides, cometas) que orbitam a principal estrela dele: o Sol. Cada um se mantém em sua respectiva órbita em virtude da intensa força gravitacional exercida pelo astro, que possui massa muito maior que a de qualquer outro planeta.

Os corpos mais importantes do sistema solar são os oito planetas que giram ao redor do sol, descrevendo órbitas elípticas, isto é, órbitas semelhantes a circunferências ligeiramente excêntricas.

Observação¹: Plutão foi considerado um planeta do sistema solar, durante décadas. Contudo, em agosto de 2006, a União Astronômica Internacional (IAU) classificou esse corpo celeste como um dos três planetas anões: Ceres, Eris e Plutão. Essa decisão foi motivada pelas características de Plutão, em especial pela sua forma e tamanho."

O sol não está exatamente no centro dessas órbitas, razão pela qual os planetas podem encontrar-se, às vezes, mais próximos ou mais distantes do astro.



O sol e o Sistema Solar tiveram origem há 4,5 bilhões de anos a partir de uma nuvem de gás e poeira que girava ao redor de si mesma.

Sistema solar em escala

É constituído por astros extremamente diferenciados entre si. Apresentam peculiaridades individuais e estão situados em órbitas bastante distanciadas umas das outras. Os diâmetros de seus astros bem como as distâncias entre eles são apresentados fora de escala, passando uma imagem muito aquém do que seja nosso Sistema Planetário.

¹ Disponível em www.brasilecola.uol.com.br Acesso em 15.09.2022

A partir deste novo conceito, os planetas e outros corpos do Sistema Solar ficaram definidos em três categorias distintas:

Planetas clássicos – “são corpos celestes que orbitam o Sol, que tem massa suficiente para ter gravidade própria para superar as forças rígidas de um corpo de modo que assumam uma forma equilibrada hidrostática, ou seja, redonda e que definiram as imediações de suas órbitas”. São eles: Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano e Netuno;

Planetas anões – “são corpos celestes que orbitam o Sol, que tem massa suficiente para ter gravidade própria para superar as forças rígidas de um corpo de modo que assumam uma forma equilibrada hidrostática, ou seja, redonda, mas que não definiram as imediações de suas órbitas e que não são satélites.” Até o momento são considerados planetas anões: Plutão, Eris (UB303 ou Xena) e Ceres. Porém existem 12 outros corpos do Sistema Solar que estão na lista de possíveis planetas anões da União Astronômica Internacional, dependendo de mais estudos para que sejam classificados como planetas anões ou como pequenos corpos do Sistema Solar;

Pequenos corpos – “todos os outros corpos que orbitam o Sol, que não sejam satélites, serão referidos coletivamente desta forma”.



DIA E NOITE

Antigamente, para saber o melhor momento de caçar e plantar, entre outras atividades, as civilizações observavam a natureza, ou seja, utilizavam-se de fenômenos naturais periódicos.

A unidade básica para a contagem do tempo é o **dia**, que corresponde ao período de tempo entre dois eventos equivalentes sucessivos: por exemplo, o intervalo de tempo entre duas ocorrências do nascer do Sol, que corresponde, em média (dia solar médio), a 24 horas.

O dia e a noite estão relacionados com o movimento de rotação da Terra. Esse é quando a Terra gira em torno do seu próprio eixo. Ela gira no sentido Oeste-Leste. É o Sol que ilumina a Terra. Enquanto a Terra gira, em um lado que está iluminado, é dia. No outro, está escuro e é noite.

ESTAÇÕES DO ANO

A Terra orbita o Sol, realizando um movimento de translação, que leva cerca de um ano. O intervalo de tempo que corresponde a um ano com quatro fases climáticas bem definidas, ou estações, que se sucedem: primavera, verão, outono e inverno.

A inclinação do eixo de rotação da Terra é determinante para que os raios solares não cheguem com a mesma intensidade em toda a parte iluminada da superfície terrestre.

LITOSFERA

Camada sólida externa da Terra, é composta por minerais, rochas e solo; abrange a crosta terrestre, bem como a parte superior do manto. É ela a responsável por sustentar a vida, bem como, abrigar diversas formações geológicas, como:

As montanhas, as planícies e os planaltos. Nessa esfera ocorrem os processos geológicos, como a formação de cadeias de montanhas, bem como os terremotos e vulcões.

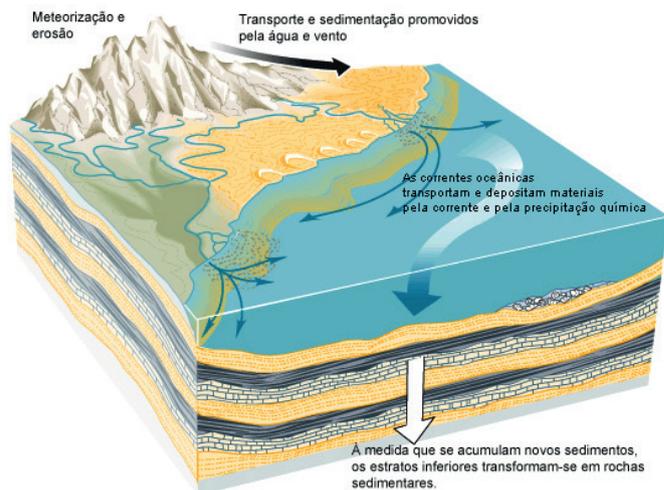
ROCHAS

A crosta terrestre possui várias camadas compostas por três tipos de rochas, que são formadas pela mistura de diferentes materiais. Essas rochas podem ser:

– Rochas magmáticas ou ígneas: são originadas do interior da Terra, onde são fundidas em altíssima temperatura. Nas erupções de vulcões, essas rochas são lançadas do interior da Terra, para a superfície. Sofrem, então, resfriamento rápido e se solidificam. Outras vezes, ficam nas proximidades da superfície, onde se resfriam lentamente e, também, se solidificam.

– Rochas sedimentares: se forma a partir de mudanças ocorridas em outras rochas. Chuva vento, água dos rios, ondas do mar: tudo isso vai, aos poucos, fragmentando as rochas em grãos de minerais. Pouco a pouco, ao longo de milhares de anos, até o granito mais sólido se transforma em pequenos fragmentos. Esse processo é chamado de intemperismo.

Os fragmentos de rochas são transportados pelos ventos ou pela água da chuva até os rios, que, por sua vez, os levam para o fundo de lagos e oceanos. Lá os fragmentos vão se depositando em camadas. Esses fragmentos ou sedimentos vão se acumulando ao longo do tempo. As camadas de cima exercem pressão sobre as camadas de baixo, compactando-as. Essa pressão acaba por agrupar e cimentar os fragmentos e endurece a massa formada. É assim que surgem as rochas sedimentares.

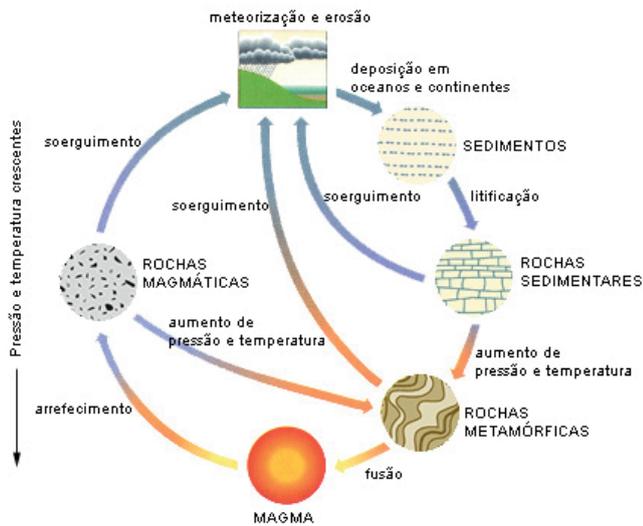


– Rochas metamórficas: são assim chamadas porque se originam da transformação de rochas magmáticas ou sedimentares por processos que alteram a organização dos átomos de seus minerais. Surge, então, uma nova rocha, com outras propriedades e, às vezes, com outros minerais. Muitas rochas metamórficas se formam quando rochas de outro tipo são submetidas a intensas pressões ou elevadas temperaturas.

Ciclo das rochas

As rochas magmáticas são formadas tanto pela cristalização do magma no interior da terra como pela lava liberada dos vulcões.

Mas as rochas magmáticas - e também as metamórficas - podem ser quebradas em pequenos pedaços ou fragmentos que se acumulam em camadas de sedimentos e acabam se transformando, por compressão, em rochas sedimentares



FÓSSEIS

Fósseis são restos ou vestígios de organismos que viveram no passado e que foram preservados em materiais geológicos, como rochas sedimentares. Eles fornecem evidências diretas de formas de vida antigas e são fundamentais para o estudo da paleontologia, a ciência que investiga a história da vida na Terra.

– **Tipos de Fósseis**

Fósseis Corporais

- Ossos e Dentes: restos mais comuns de vertebrados.
- Conchas e exoesqueletos: restos comuns de invertebrados, como moluscos e artrópodes.
- Impressões de Plantas: restos de folhas, sementes e outros tecidos vegetais.

Fósseis Icnofósseis (ou Fósseis de Traços)

- Pegadas e Rastros: marcas deixadas por animais em superfícies moles que depois se endureceram.

– Tocas e Buracos: estruturas escavadas por organismos no solo ou em substratos sedimentares.

– Coprólitos: fezes fossilizadas que fornecem informações sobre a dieta dos organismos.

Fósseis de Molde e Elenco

– Moldes: formados quando os restos orgânicos se dissolvem completamente, deixando uma cavidade.

– Elencos: formados quando a cavidade de um molde é preenchida com sedimentos ou minerais que se solidificam.

– Âmbar: resina fossilizada que pode conter pequenos organismos, como insetos, plantas e até pequenos vertebrados.

– **Formação de Fósseis**

A fossilização é um processo que pode ocorrer de várias maneiras, mas geralmente envolve as seguintes etapas:

– Morte do Organismo: o organismo morre e seus restos depositam-se em um ambiente onde são rapidamente cobertos por sedimentos.

– Enterramento Rápido: a rápida cobertura por sedimentos protege os restos da decomposição e da ação de predadores e outros agentes.

– Mineralização: com o tempo, os restos orgânicos são gradualmente substituídos por minerais presentes nas águas subterrâneas, que precipitam nos espaços vazios deixados pela decomposição.

– Compactação e Litificação: dos sedimentos ao redor do fóssil se compactam e se transformam em rocha, preservando os restos fossilizados.

Importância dos Fósseis

– Registro da Vida: fósseis fornecem um registro direto das formas de vida que existiram na Terra, permitindo reconstruir a história evolutiva.

– Evidências de Mudanças Ambientais: fósseis podem indicar mudanças climáticas e ambientais ao longo do tempo.

– Datação das Rochas: a presença de certos fósseis pode ajudar a datar camadas geológicas, um método conhecido como bioestratigrafia.

– Estudos Evolutivos: fósseis são essenciais para entender os processos de evolução e extinção.

Fósseis são, portanto, testemunhas silenciosas do passado da Terra, proporcionando uma janela única para a compreensão da história da vida e das mudanças planetárias ao longo de milhões de anos.

HIDROSFERA E ATMOSFERA

Atmosfera

Camada gasosa que envolve a Terra. É composta principalmente por nitrogênio, oxigênio, vapor de água, bem como, o dióxido de carbono e outros gases. É ela que desempenha um papel vital na proteção do planeta, absorvendo parte da radiação solar, bem como, regular a temperatura global. Ademais, é nela que ocorrem os fenômenos meteorológicos, como ventos, chuvas, bem como, nuvens e tempestades.

Hidrosfera

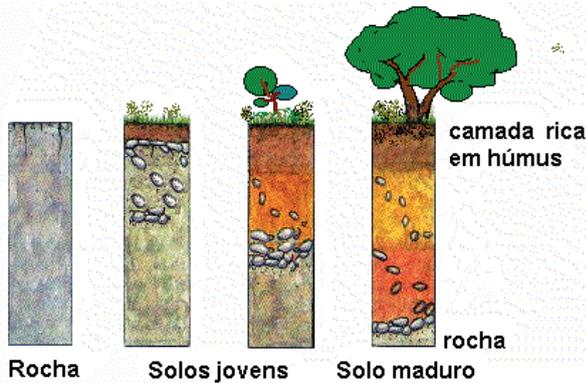
Ela engloba todas as formas de água presentes na Terra, como: os oceanos, os mares, os rios, os lagos, os lençóis subterrâneos, as geleiras, bem como o vapor de água na atmosfera. A água é essencial para a vida e executa um papel fundamental na regulação do clima e na manutenção dos ecossistemas. É a hidrosfera que está em constante movimento, por meio do ciclo da água, que inclui evaporação, a condensação, a precipitação, bem como, o escoamento.

As esferas terrestres estão interconectadas e em constante interação. Como por exemplo: a atmosfera fornece gases e nutrientes para a biosfera, assim a litosfera abriga os recursos minerais utilizados pelos seres humanos. A hidrosfera que está presente em todas as esferas, influenciando sempre o clima e sustentando a vida. Essas mudanças em uma esfera podem afetar as demais, como o aumento da temperatura atmosférica causando o derretimento das geleiras da criosfera e o aumento do nível do mar, por exemplo.

A compreensão dessas conexões sistêmicas para a análise dos processos naturais e das atividades humanas que impactam o planeta, é de suma importância. O estudo das esferas terrestres, bem como, suas interações auxiliam na compreensão dos desafios ambientais e na busca por soluções sustentáveis para assim, garantir a conservação e o equilíbrio do nosso planeta.

SOLO

A camada de rochas na superfície da Terra está, há milhões de anos, exposta a mudanças de temperatura e à ação da chuva, do vento, da água dos rios e das ondas do mar. Tudo isso vai, aos poucos, fragmentando as rochas e provocando transformações químicas. Foi assim, pela ação do intemperismo, que, lentamente, o solo se formou. Os seres vivos também contribuem para esse processo de transformação das rochas em solo.



- A chuva e o vento desintegram as rochas.
- Pedacos de líquens ou sementes são levados pelo vento para uma região sem vida. A instalação e a reprodução desses organismos vão aos poucos modificando o local. Os líquens, por exemplo, produzem ácidos que ajudam a desagregar as rochas. As raízes de plantas que crescem nas fendas das rochas irão contribuir para isso.

- À medida que morrem, esses organismos enriquecem o solo em formação com matéria orgânica e, quando ela se decompõe, o solo se torna mais rico em sais minerais. Outras plantas, que necessitam de mais nutrientes para crescer, podem então se instalar no local.

Existem muitos tipos de solo e a maioria deles é composta de areia e argila, vindas da fragmentação das rochas, e de restos de plantas e animais mortos (folhas, galhos, raízes, etc.). Esses restos estão sempre sendo decompostos por bactérias e fungos, que produzem uma matéria orgânica escura, chamadas húmus. À medida que a decomposição continua, o húmus vai sendo transformado em sais minerais e gás carbônico. Ao mesmo tempo, porém, mais animais e vegetais se depositam no solo e mais húmus é formado.

A decomposição transforma as substâncias orgânicas do húmus em substâncias minerais, que serão aproveitadas pelas plantas. Desse modo, a matéria é reciclada: a matéria que formava o corpo dos seres vivos acabará fazendo novamente parte deles depois de decomposta.

AR

Composição do Ar

O ar é uma mistura de gases que compõem a atmosfera terrestre. Os principais componentes do ar são:

- **Nitrogênio (N2):** cerca de 78% do ar. É um gás inerte e não reativo que dilui o oxigênio e reduz o risco de combustão espontânea.
- **Oxigênio (O2):** cerca de 21% do ar. Essencial para a respiração dos seres vivos e processos de combustão.
- **Argônio (Ar):** cerca de 0,93% do ar. É um gás nobre, inerte, sem função biológica específica, mas usado em diversas aplicações industriais.
- **Dióxido de Carbono (CO2):** aproximadamente 0,04% do ar. Importante para a fotossíntese das plantas e regulador do efeito estufa.
- **Outros Gases Traço:** hélio (He), neônio (Ne), criptônio (Kr), hidrogênio (H2), entre outros, presentes em quantidades muito pequenas.

Importância do Ar

- **Respiração:** o oxigênio presente no ar é essencial para a respiração celular, um processo que fornece energia para os organismos vivos.
- **Fotossíntese:** as plantas utilizam o dióxido de carbono do ar para produzir oxigênio e glicose durante a fotossíntese.
- **Regulação térmica:** o ar atua como um isolante térmico, ajudando a manter a temperatura da Terra.
- **Proteção:** a atmosfera protege a Terra contra radiações solares prejudiciais e meteoritos.

Poluição do ar

A poluição do ar, um dos problemas ambientais mais preocupantes da atualidade, refere-se à presença de substâncias nocivas na atmosfera, as quais são originadas tanto por atividades humanas quanto por processos naturais. Esses poluentes têm efeitos adversos significativos na saúde humana, no meio ambiente e na qualidade de vida das comunidades afetadas. Entre os principais poluentes atmosféricos, destacam-se:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislações

A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9.394/96 E SUAS ALTERAÇÕES

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

§2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do §2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

§4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

§1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS LEGISLAÇÕES

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VII-A - assegurar, em colaboração com os sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica; (Incluído pela Lei nº 14.645, de 2023)

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

VIII - instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

VII - instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019)

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

XII - instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes. (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

§1º O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

- I - professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- II - demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- III - estudantes; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IV - pais ou responsáveis; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- V - membros da comunidade local. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

§2º O Fórum dos Conselhos Escolares é um colegiado de caráter deliberativo que tem como finalidades o fortalecimento dos Conselhos Escolares de sua circunscrição e a efetivação do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhorar a qualidade da educação, norteados pelos seguintes princípios: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

- I - democratização da gestão; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- II - democratização do acesso e permanência; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- III - qualidade social da educação. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

§3º O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

- I - 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- II - 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende: (Regulamento)

- I - as instituições de ensino mantidas pela União;
- II - as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada; (Redação dada pela Lei nº 13.868, de 2019)
- III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

- I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;
- II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;
- III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

- I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (Regulamento) (Regulamento)

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- III - comunitárias, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

§1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação profissional e a ideologia específicas. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

§2º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

Art. 20. (Revogado pela Lei nº 13.868, de 2019)

- I - (Revogado pela Lei nº 13.868, de 2019)
- II - (Revogado pela Lei nº 13.868, de 2019)
- III - (Revogado pela Lei nº 13.868, de 2019)
- IV - (Revogado pela Lei nº 13.868, de 2019)

TÍTULO V

DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II - educação superior.

CONHECIMENTOS LOCAIS

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO – ESTADO DO MARANHÃO 1989/1990

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL, EM NOME DO POVO E SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, PROMULGA A SEGUINTE:

TÍTULO - I ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO - I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1º O Município de Pinheiro, em união indissolúvel ao Estado do Maranhão e à República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito, em esfera de Governo local, objetiva o seu desenvolvimento com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, exercendo o seu poder por decisão dos Municípios, pelos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei Orgânica da Constituição Estadual e Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ação Municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégio, de Distritos, povoados ou Bairros, reduzindo-se as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas discriminatórias.

Artigo 2º O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados suprimidos ou fundidos por Lei Municipal, observada a Legislação Estadual, após a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica. (NR)

Artigo 3º A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade enquanto a sede do Distrito tem a categoria de vila.

Artigo 4º O Município objetivando integrar a organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse regional comum, poderá associar-se a outros Municípios da região e ao Estado.

Artigo 5º São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

CAPÍTULO - II DOS BENS MUNICIPAIS

Artigo 6º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Município tem o direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu Território.

Artigo 7º Pertencem ao Patrimônio Municipal as terras devolutas que se localizem dentro do raio de 6 km, contados do ponto central da sede do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram, igualmente o Patrimônio Municipal, as terras devolutas localizadas dentro do raio de 6 km, contados do ponto central dos distritos ou povoados, que possuem no mínimo 3 (três) serviços públicos. (NR)

Artigo 8º Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados nos seus serviços.

Artigo 9º Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que foi estabelecido em decreto regulamentador.

Artigo 10 A alienação dos bens municipais subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I. quando IMÓVEIS, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) DOAÇÃO CONDICIONADA, devendo constar obrigatoriamente do donatário, o prazo do seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade;

b) PERMUTA.

II. quando MÓVEIS E SEMOVENTES, dependerá de licitação dispensada esta nos seguintes casos:

a) DOAÇÃO, que será permitida exclusivamente, para fins de interesse social;

b) PERMUTA;

c) AÇÕES, que serão vendidas em bolsas legalmente instituídas, provida de autorização legislativa;

d) BENS MÓVEIS, quando dados como princípio de pagamento para aquisição de bens da mesma natureza e destinação.

§ 1º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão, de direito real de uso, mediante autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistências, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis limítrofes de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obras públicas dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições quer sejam aproveitáveis ou não.

Artigo 11 O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização conforme o caso, e o interesse público o exigir.

§ 1º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominiais dependerá de lei e concorrência e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos, a entidades educativas, culturais e assistências, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por Decreto, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de sessenta dias.

Artigo 12 Os projetos de leis sobre alienação, permuta ou empréstimo de imóveis são da iniciativa do Prefeito.

Artigo. 13 Lei Municipal disporá sobre a Concessão de Direito Real de uso obedecendo os seguintes preceitos. (NR)

I.prazo de concessão (NR)

II.gratuidade e remuneração (NR)

III.destino (NR)

IV.cessão (AC)

PARÁGRAFO ÚNICO - vedação de concessão de direito real de uso de mais de 2 (dois) terrenos ou áreas de terras do Município para uma só pessoa.(AC)

Artigo 14 Os bens pertencentes ao Patrimônio Público Municipal não poderão ser alienados ou cedidos, a qualquer título, dentro do período que compreenda 6 (seis) meses antes das eleições municipais até o término do mandato do Prefeito Municipal, em exercício.(NR)

PARÁGRAFO ÚNICO - Salvo nos casos de interesse público, com prévia autorização legislativa.

CAPÍTULO - III DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Artigo 15 Compete ao Município:

I.legislar sobre assuntos de interesse local;

II.suplementar a legislação federal e a estadual no que couber:

III.instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV.criar, organizar e suprimir Distritos, observando o disposto nesta Lei Orgânica e na legislação estadual pertinente;

V.instituir a Guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações conforme dispuser a Lei;

VI.organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, ou permissão entre outros os seguintes serviços:

a)transporte coletivo urbano e intra-municipal que terá caráter essencial;

b)abastecimento de água e esgotos sanitários;

c)mercados, feiras e matadouros locais;

d)cemitério e serviços funerários;

e)iluminação pública;

f)limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo.

VII.manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental;

VIII.prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

IX.promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local observada a legislação e as ações fiscalizadoras federal e estadual;

X.promover a cultura e a recreação;

XI.fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal;

XII.preservar as florestas, campos, rios, lagos, a fauna e a flora;

XIII.realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições, privadas, conforme critérios e condições fixadas em Lei Municipal;

XIV.realizar programas de apoio às práticas desportivas;

XV.realizar programas de alfabetização;

XVI.realizar atividades de defesa civil, inclusive as de combate a incêndios e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;

XVII.promover no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XVIII.elaborar e executar o Plano Diretor;

XIX.executar obras de:

a)abertura, pavimentação e conservação de vias;

b)drenagem pluvial;

c)construção e conservação de estradas, parques, jardins e hortos florestais;

d)construção e conservação de estradas vicinais;

e)edificação e conservação de prédios públicos municipais.

XX.fixar:

a)tarifas dos serviços públicos, inclusive, dos serviços de táxi;

b)horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;

XXI.sinalizar as vias públicas urbanas e rurais;

XXII.regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;

XXIII.conceder licença para:

a)localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;

b)afixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propagandas;

c)exercícios de comércio eventual ou ambulantes;

d)realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos observadas as prescrições legais;

e)prestação dos serviços de táxi.

XXIV.Prover a aquisição de bens imóveis para fins de utilidade pública e interesse social.(AC)

PARÁGRAFO ÚNICO - compete privativamente ao Município o disposto nos Incisos: I, II, III IV, V, VI, VII, VIII, IX, XVII. (AC)

Artigo 16 Além das competências previstas no Artigo anterior o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no Artigo 23 da Constituição Federal.

CAPÍTULO - IV DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Artigo 17 Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I.impostos sobre:

a)propriedade predial e territorial urbana;

b)transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, a de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

c)REVOGADA

d)serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar;

II.taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos ou divisíveis prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição;

III.contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Artigo 18 A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

- I.cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;
- II.lançamento dos tributos;
- III.fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;
- IV.Inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.

Artigo 19 O Município deverá criar colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias e econômicas profissionais, com a função de avaliar e aprovar preços, tarifas, alíquotas e valores dos serviços públicos e tributos municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos oriundos de reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias serão decididas pelo Prefeito Municipal.

Artigo 20 O Prefeito Municipal, em conjunto com o colegiado constante do Artigo 19, desta Lei, promoverá, periodicamente, a atualização da Base de Cálculo dos tributos Municipais.

§ 1º - A Base de Cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, será atualizada anualmente, antes do término do exercício.

§ 2º - A atualização da Base de Cálculo do Imposto Municipal sobre Serviços de Qualquer Natureza, cobrado de autônomos e sociedades civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 3º - A atualização da Base de Cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 4º - A atualização da Base de Cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição, observados os seguintes critérios:

- I.quando a variação de custos for inferior ou igual aos índices oficiais de atualização monetária, poderá ser realizada mensalmente;
- II.quando a variação de custos for superior àqueles índices, a atualização poderá ser feita mensalmente até esse limite, ficando com percentual restante para ser atualizado por meio de Lei que deverá estar em vigor antes do início do exercício subsequente.

Artigo 21 A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Artigo 22 A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que autoriza ser aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Artigo 23 A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogada ex-offício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.

Artigo 24 É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações à legislação tributária com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

Artigo 25 Ocorrendo a decadência do direito de contribuir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-la, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

CAPÍTULO V DOS PREÇOS PÚBLICOS

Artigo 26 Para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e serem reajustados, quando se tornarem deficitários.

Artigo 27 Lei Municipal estabelecerá outros critérios para fixação de preços.

TÍTULO II GOVERNO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO II DOS PODERES MUNICIPAIS

Artigo 28 O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

CAPÍTULO II DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 29 O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos para cada legislatura entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.

§ 1º - O Mandato dos Vereadores é de quatro anos.

§ 2º A eleição dos Vereadores dar-se-á de conformidade com o disposto na Legislação Federal Eleitoral. (NR)

§ 3º - O número de Vereadores será fixado de conformidade com a Constituição Federal, Constituição Estadual e por Decreto Legislativo emitido até o final da Sessão Legislativa do ano que anteceder à eleição para os respectivos cargos.

Artigo 30 Salvo disposição em contrário desta Lei, a discussão e votação de matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara. (NR)

§ 1º a aprovação da matéria em discussão salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica, dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à Sessão. (AC)

§ 2º os Projetos de Lei e a aprovação e alteração do regimento Interno serão apreciados em 2 turnos de discussão e votação. (AC)

§ 3º dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes matérias: (AC)

- I. Matéria Tributária; (AC)
 - II. Código de Obras e Edificações e outros códigos; (AC)
 - III. Estatuto dos Servidores Municipais; (AC)
 - IV. Criação de Cargos, Funções e Empregos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, bem como sua remuneração; (AC)
 - V. Concessão de serviço público; (AC)
 - VI. Concessão de direito real de uso; (AC)
 - VII. Alienação de bens imóveis; (AC)
 - VIII. Autorização para obtenção de empréstimo de particular, inclusive para as autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público; (AC)
 - IX. Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual; (AC)
 - X. Aquisição de bens imóveis por doação com encargo; (AC)
 - XI. Criação, organização e supressão de Distritos e subdistritos, e divisão do território do Município em áreas administrativas; (AC)
 - XII. Criação, estruturação e atribuição das secretarias, subprefeituras, Conselhos de representantes e dos órgãos da administração pública; (AC)
 - XIII. Realização de operação de crédito para abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais com finalidades precisas; (AC)
 - XIV. Rejeição de veto; (AC)
 - XV. Regimento Interno da Câmara Municipal; (AC)
 - XVI. Alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos; (AC)
 - XVII. Isenções de impostos municipais; (AC)
- § 4º - dependerão do voto favorável de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara as seguintes matérias: (AC)
- I. Zoneamento urbano; (AC)
 - II. Plano diretor; (AC)
- § 5º - dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara a aprovação e alterações das seguintes matérias; (AC)
- I. rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas; (AC)
 - II. destituição dos membros da Mesa; (AC)
 - III. emendas à Lei Orgânica; (AC)
 - IV. concessão de título de cidadão honorário ou qualquer honraria ou homenagem; (AC)
 - V. todo e qualquer tipo de anistia; (AC)
 - VI. decisão de perda do mandato de Prefeito, e de Vereador. (AC)

SEÇÃO II DOS VEREADORES

SUBSEÇÃO - I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31 Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, e na circunscrição do Município.

§ 1º - Desde a expedição do diploma e até a inauguração da legislatura subsequente, o Vereador não poderá ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável.

§ 2º - No caso de flagrante de crime inafiançável os autos serão remetidos à Câmara Municipal dentro de 24 (vinte quatro horas), para conhecimento desta.

§ 3º Aplicam-se ao Vereador as demais regras da Constituição Federal, não inscritas nesta Lei Orgânica, sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, remuneração, perda de mandato, impedimento e incorporação nas Forças Armadas. (NR)

Artigo 32 Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Artigo 33 É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

SUBSEÇÃO II DAS INCOMPATIBILIDADES

Artigo 34 Os Vereadores não poderão:

I. desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado inclusive de que sejam demissíveis “ad-nutum” nas entidades constantes da alínea anterior, salvo mediante aprovação em concurso público. (NR)”

II. desde a posse:

a) serem proprietários, controladores ou diretores de empresas que gozem de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nelas exercerem função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “ad nutum” nas entidades referidas na Alínea “a” do Inciso I, salvo o cargo de Secretário Municipal ou equivalente;

c) patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a Alínea “a” do Inciso I ;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Artigo 35 Perderá o mandato o Vereador:

I. que infringir qualquer das proibições estabelecidas no Artigo anterior;

II. cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III. que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou missão oficial autorizada;

IV. que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V. quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI. que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII. que deixar de residir no Município;

VIII. que deixar de tomar posse, sem motivo justificado dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

IX. que se utilizar do mandato para a prática de corrupção, e de improbidade administrativa. (AC)

§ 1º - Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.